



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

236ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 13 e 14 de agosto de 2015

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

236ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 13 e 14 de agosto de 2015.

1 Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e quinze teve início a Ducentésima Trigésima Sexta
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheira Telma Maranhão Lopes, MDS; Conselheira Solange Teixeira, SENARC; Conselheiro José
7 Ferreira da Crus, MDS; Conselheira Raimunda Nonata Cadó; Mariana Souza Lima; Maira Leiliane
8 Oliveira Almeida; Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim; Eufrásia Agizzio Conselheira Célia Maria
9 de Souza Melo, FONSEAS; Conselheira Marlene de Fátima Azevedo Silva, Vice-Presidente do CNAS;
10 Conselheiro Thiago Ferreira Cabral, Fundação Dorina Nowill para Cegos; Conselheiro Naelson da
11 Silva Ferreira, Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento; Conselheiro Alceu Kuhn,
12 Organização Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Aldenora González, Instituto EcoVida;
13 Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheira
14 Patrícia Alves Vieira, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Conselheira Jucileide do
15 Nascimento, Conselho Federal de Serviço Social; Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal
16 de Psicologia; Conselheira Cláudia Laureth Faquinote - União Brasileira de Educação e
17 Ensino; Conselheira Dulcinéia Reginato Francisco; Jorge Abraão de Castro; Clátia Regina Vieira;
18 Secretária-Executiva Substituta, Sra. Maria Auxiliadora Pereira (Dorinha). **Convidados:** Sr. Gilberto
19 Carvalho – Ex-Ministro; Sra. Maria do Socorro de Souza – Presidente do Conselho Nacional de
20 Saúde/CNS; Sr. Carlos Ferrari - Relatoria. **ABERTURA.** O Presidente inicia a reunião,
21 cumprimentando os presentes e solicita a conferência do quórum. Em seguida, a Secretária
22 Executiva Maria Auxiliadora cumprimenta os presentes e realiza a conferência do
23 quórum: Conselheiros titulares presentes: Telma Maranhão Gomes, Marlene de Fátima Azevedo
24 Silva; Jorge Abrahão de Castro; José Ferreira da Crus; Célia Maria de Souza Melo Lima; Raimunda
25 Nonato Cadó; Alceu Kuhn; Anderson Lopes Miranda; Samuel Rodrigues; Clátia Regina Vieira;
26 Edivaldo da Silva Ramos. Conselheiros no exercício da titularidade: Dulcinéia Reginato Francisco.
27 Conselheiros suplentes presentes: Mariana Souza Silva; Maira Leilani Oliveira Almeida; Thiago
28 Barbosa Ferreira Cabral; Naelson da Silva Ferreira; Aldenora Gomes González; Eufrásia Agizzio;
29 Jucileide Ferreira do Nascimento; Leovane Gregório e Léa. **Item Aprovação da ata da 235ª reunião**
30 **Ordinária do CNAS.** Submetida a aprovação do Pleno, foi aprovada a Ata da 235ª Reunião
31 Ordinária. **Item da pauta da 236ª Reunião Ordinária** A Vice Presidente Marlene realiza a leitura

32 da pauta: "Pauta da 236ª reunião ordinária do CNAS, agosto de 2015. Em 12/08/2015 às comissões
33 temáticas de 9h às 16h da comissão de acompanhamento aos conselhos de assistência social; da
34 comissão de financiamento e orçamento da assistência social; da comissão de normas de
35 assistência social; e da comissão de Política de Assistência Social; das 16 h às 19h reunião da
36 presidência ampliada e reunião do grupo de trabalho dos usuários da assistência
37 social, **13/08/2015** audiência pública e plenária de 9h às 13h, a participação do CNAS na audiência
38 pública em dez anos do SUAS, avanços e desafios da proteção social não contributiva no Brasil;
39 auditório Nereu Ramos e anexo 2 na Câmara dos deputados; de 14h às 15h aprovação da ata da
40 235ª reunião ordinária do CNAS; de 14h15 às 16 h discussão sobre o processo de conferências de
41 Assistência Social de 2015 com a palestra a análise da atual conjuntura brasileira e as políticas
42 sociais, Dr. Gilberto Carvalho que já está aqui conosco, muito boa tarde; de 16 h30 às 18h relato da
43 comissão organizadora da X Conferência nacional de assistência social; e no dia **14/08/2015** a
44 plenária; de 9h às 10 h30 informes da presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT, FONSEAS,
45 CONGEMAS e conselheiros; de 10 h30 às 12h relato da presidência ampliada; de 14h às 15h relato
46 da comissão de acompanhamento aos conselhos de assistência social; de 15 h às 16 h relato da
47 comissão de financiamento e orçamento da assistência social; de 16 h às 17h relato da comissão
48 de normas da assistência social; e de 17h às 18h relato da comissão de Política de Assistência
49 Social.". O Presidente Edivaldo agradece a participação dos conselheiros na audiência pública
50 realizada no congresso e indica o próximo item da pauta: **Item Discussão sobre o processo de**
51 **Conferências de Assistência Social – 2015 – Palestra “Análise da Atual Conjuntura Brasileira e as**
52 **Políticas Sociais” Dr. Gilberto Carvalho.** Com a palavra o Sr. Gilberto Carvalho inicia sua
53 explanação, informa que tem realizado diversas viagens pelo Brasil e identificado como as
54 conferências dos seguimentos sociais possuem a capacidade e movimentar as pessoas, pondera
55 que o programa vida do SESI, voltado para jovens que são vítimas de violência, deve se tornar
56 uma política pública, tendo em vista a importância do problema e do sucesso do programa,
57 sobretudo com o encaminhamento desses jovens para a profissionalização, atualmente feita pelo
58 SENAI, destaca que o acompanhamento dos jovens também é feito pelos CRAS e os CREAS,
59 registra que está em discussão com o MDS, a possibilidade de transformar esse programa em uma
60 política pública. Discorre que a análise de conjuntura em um momento de crise política, ética,
61 econômica é muito mais complicado, a sociedade brasileira é profundamente marcada pela
62 diferença social, as marcas da escravidão ainda permanecem no país, na consciência do
63 dominador e do dominado, há uma cultura internalizada onde alguns sirvam e outros sejam
64 servidos, onde uns tenha muito e outros não tenham nada, a relação casa grande e senzala.
65 Verifica-se que durante toda a história do país a elite reagiu duramente contra as mudanças,
66 exemplifica o governo de Getúlio Vargas devido às reformas trabalhistas, pois nesse campo é onde
67 se consolida as explorações, em 64 com o Jango, onde foram realizadas importantes concessões,
68 sobretudo na burguesia agrária, o tema corrupção foi usado como motivo maior para apoio da
69 elite no golpe de 64. Quanto ao uso da imprensa para legitimar a elite, comete-se o erro de não
70 haver nenhuma veículo de comunicação em massa do trabalho da Assistência Social, e de outros
71 direitos referentes à cidadania, falta consciência das políticas públicas realizadas pelo governo, a
72 imagem do benefício fica muito frágil sem o processo de conscientização dos valores por trás da

73 política, e consequentemente o egoísmo, a violência contra os adolescentes e contra as mulheres.
74 A conferência será realizada em meio a um ambiente de insegurança, há uma crise política sem
75 precedentes, devido ao conservadorismo, especialmente da presidência da Câmara, hoje ocupada
76 por Eduardo Cunha, o qual culpa a Presidência da República quando investigado pela operação
77 Lava Jato, ressalta que irresponsabilidade praticada atualmente pela Câmara dos deputados,
78 capitaneada por seu Presidente, é talvez um dos fatos mais graves da história nos últimos tempos,
79 por tratar-se de uma instituição fundamental que é o legislativo brasileiro. A Câmara Federa
80 protagonizou um retrocesso quando votou pela constitucionalizada a doação de empresas
81 particulares em campanhas eleitorais. Outro marco na história seria o governoLula,quando
82 nomeou o primeiro da lista na procuradoria geral em 2003, o Sr. Cláudio como procurador e não
83 mais como era feito antes quando se nomeava umapessoa como o Brindeiro, que era o
84 “engavetador”. E ao mesmo tempo, quando se reforça a polícia federal e se descentraliza os
85 processos da polícia federal, o presidente Lula estava dando um sinal concreto e estruturando um
86 processo mais ainda a criação da CGU, em que a corrupção passaria a ser combatida de uma forma
87 completamente diferente no seu grau de qualidade do que vinha historicamente sendo feita no
88 Brasil, pondera que o problema se instalou quando as investigações focam em uma parte apenas,
89 e não se investiga outras partes com a mesma competência. Acrescenta que as questões éticas
90 são ignoradas, como a situação da exclusão, pois a sociedade é treinada para indiferença, conclui
91 que a saída nesse momento é a mobilização social e o diálogo político, e que a ética passe a ser
92 entendida de uma maneira mais ampla. O presidente Eivaldo abre coloca a apresentação em
93 discussão. O Conselheiro Leovane questiona porque o governo não enfrenta a comunicação. A
94 Conselheira Solange questiona como o Conselho poderá contribuírefetivamente nesse processo. O
95 Conselheiro Jorge Abraão indaga sobre como se chegou a esse ponto de haver maior
96 conscientização da população em relação ao consumo e participação social, porém não houve o
97 mesmo em relação a consciência política, questiona a Assistência Social deve ser apresentada de
98 agora em diante. O Sr. Gilberto Carvalho destaca o crescimento da rede SUAS, concorda que o
99 Governo errou diante da falta de enfrentamento a comunicação, e a falta de criação de
100 mecanismos de comunicação autônomos com o cidadão, considera importante que existam
101 outros grupos de informação capazes de impedir o monopólio das redes de TV , o que não se trata
102 de prejudicar a liberdade de imprensa. (acredita que o pacto federativo é o melhor caminho,
103 precisa melhorara a capacidade de gestão pública no país, necessária a modernização do Estado, a
104 centralidade não seria o caminho. A questão da igreja o uso político da religião para exploração
105 das pessoas não podem ser permitidas, porém não se pode negar a participação da igreja na
106 oferta de serviços sociais. Ressalta que a população pode avançar bastante com as entidades
107 sociais, as redes sociais que todo processo de militância passa por esses meios. Considera que
108 Conferência Nacional será muito importante. Entende que a Conferência deve ter um grito de
109 guerra,para que os trabalhadores na ponta faça a ação social com conscientização social, para que
110 cada delegado da conferência, cada um o que está nessas conferências municipais ajude a
111 iluminar essa escuridão de poucas informações, para que haja evolução nessa luta. **Item**
112 **Presidente do Conselho Nacional de Saúde.**A Presidente do Conselho nacional de Saúde, a Sra.
113 Socorro discorre que o ano de conferência precisa de uma estratégia, a assistência social deve ser

114 integrada pois é muito fragmentada, articulação entre os conselho, acredita que as agendas
115 conjuntas entre as políticas sociais são necessárias para que não aconteça um retrocesso. Com
116 relação ao Pacto Federativo, entende ser necessário compromisso efetivo, bem como considera a
117 importância da participação direta, acrescenta que as agendas e articulações em comum ainda não
118 possuem um manifesto escrito, mas considera de extrema relevância que seja feito o mais rápido
119 possível. Destaca a importância de haver paridade nas conferências, inclusive de gênero, e opções
120 sexuais. A Conselheira Jucileide propõe que o Conselho Nacional de Seguridade deve compor a
121 agenda do trabalho, deve retomar, previdência, saúde e assistência social, inclusive nas
122 conferências. O Conselheiro José Crus argumenta que a intersectoralidade é uma estratégia de
123 gestão, e propõe que haja ações nesse sentido. O Conselheiro Samuel destaca a questão da
124 tuberculose na população de rua. O Conselheiro Naelson apresenta a Presidente alguns desafios
125 da saúde em comum com a Assistência Social como a necessidade de trabalhar a saúde preventiva
126 e doenças raras. A Presidente Socorro pondera que a judicialização, a terceirização, a
127 responsabilidade fiscal, financiamento, modelo de gestão, pacto interfederativo, financiamento,
128 todos esses assunto, diante dessa agenda, é óbvio que o CENS fará uma grande frente, acredita
129 que o que está precisando no país também, é que alguns conselhos assumam o protagonismo, e
130 formem uma força como uma grande frente também social de enfrentamento ao debate. O
131 Presidente Edivaldo indica os Encaminhamentos: Consulta aos Conselheiros que
132 preferencialmente, habitem em Brasília, as Conselheiras Marlene e Mariana, sendo que o
133 Conselheiro Leovane consultará a conselheira Cláudia, e posteriormente será comunicado o
134 Conselho nacional de Saúde para escreverem o manifesto. **Item Relato da Comissão Organizadora
135 da X Conferência.** A Vice Presidente Marlene procede a leitura do Relato: *"Memória de reunião da
136 comissão organizadora da X Conferência nacional de assistência social, ocorrida nos dias 10 e 11
137 de agosto. Integrantes da comissão presentes: Edvaldo da Silva Ramos; Marlene Azevedo; Alceu
138 Kuhn; Aldenora Gomes; Célia Maria; Clátia Regina; Jucileide nascimento; Léa Lúcia; Leovane; Maria
139 Lúcia Marquim; Raimunda Cadó. Convidados: Daniela Cristina Santana da SNAS; Patrícia Alencar
140 da ASCOM. Equipe de relatoria: Célio Vanderlei Moraes. Secretaria-Executiva: Maria Auxiliadora;
141 Carolina; Celda e Rosângela. 1) informe da SNAS: balanço do SUAS nos estados e Distrito Federal.
142 Está em curso uma consultoria para análise das informações das ferramentas da Rede SUAS que
143 retratam o SUAS que temos em cada estado. O conteúdo desse trabalho visa subsidiar a
144 apresentação do balanço do SUAS nas conferências estaduais, do Distrito Federal e na décima
145 conferência nacional de assistência social. Encaminhamento: a comissão organizadora propõe a
146 apresentação deste produto da consultoria durante a reunião conjunta da gestão e do controle
147 social do SUAS prevista para os dias 1 e 2 de setembro de 2015. 2) Participação da equipe de
148 relatoria: a equipe de relatoria se reuniu nos dias 4 e 5 de agosto para tratar do processo
149 conferencial de 2015 . 2.1) reunião conjunta da gestão e do controle social do SUAS nos dias 1 e 2
150 de setembro de 2015. A partir da decisão da plenária de julho de realização de reunião com
151 representantes dos CEAS e CAS/DF em Brasília, vou pedir um pouco de silêncio para a gente
152 continuar a leitura, em Brasília Distrito Federal antes do início da realização da etapa das
153 conferências estaduais e do DF ficou pactuado com a SNAS a realização de reunião conjunta com
154 representantes dos órgãos gestores estaduais e do DF, sendo que foi solicitado o apoio da equipe*

155 de relatoria para a preparação da programação desse importante evento. Nesse sentido, o
156 coordenador-geral da equipe de relatoria, Célio Moraes, apresentou a proposta de programação,
157 anexo A, e de roteiro de levantamento sobre o acompanhamento das conferências municipais
158 pelos estados, anexo B, que subsidiará a apresentação e o debate sobre o processo conferencial de
159 2015 durante a referida reunião. 2.2) Sisconferência, foi realizada a reunião entre o coordenador
160 da equipe de relatoria, a DTI, a SNAS e o representante do CNAS, José Ranieri. A apresentação do
161 protótipo do Sisconferência acontecerá na reunião conjunta da gestão e do controle social nos
162 dias, aliás, dos X Conferência nos dias 2/09/2015. 3) relato dos trabalhos da Subcomissão de
163 comunicação. Patrícia Alencar representante da assessoria de comunicação, ASCOM MDS, e
164 Daniela Cristina representante do gabinete da SNAS/MDS apresentaram o plano de comunicação
165 para o processo conferencial de 2015, que foi construído conjuntamente com a subcomissão de
166 comunicação do CNAS. Encaminhamentos: a comissão organizadora avaliou que o plano de
167 comunicação, anexo C, atende às necessidades do processo conferencial de 2015 e submete o
168 mesmo a aprovação da plenária. Outro encaminhamento que a ASCOM e CNAS solicite uma
169 agenda com a secretária, desculpe gente, aqui é a ASCOM/MDS, solicite uma agenda com a
170 secretaria nacional de articulação social da presidência da república para verificar a possibilidade
171 de utilização da plataforma Dialoga Brasil não processo de conferência 2015. Reforçar junto aos
172 conselheiros nacionais o envio à ASCOM para o e-mail patriciabezerra@ascom.mds.gov.br, de
173 registros como informes e fotos, principalmente da abertura sobre as conferências municipais,
174 estaduais e do Distrito Federal. Que o CNAS solicite aos conselhos estaduais e do Distrito Federal
175 de Assistência Social o encaminhamento do nome dos responsáveis pela assessoria de
176 comunicação dos respectivos conselhos e órgãos gestores para que a ASCOM MDS possa fazer a
177 articulação para a publicização das conferências. 4) relato dos trabalhos da comissão de mérito da
178 Subcomissão de mérito CNAS. A subcomissão apresentou a proposta do Mérito CNAS para a
179 décima conferência nacional de assistência social, que foi discutida e apreciada pelos conselheiros
180 presentes que apresentaram contribuições. Encaminhamentos: a subcomissão submete à
181 apreciação da plenária a proposta do Mérito CNAS, conforme anexo D. 5) informes da Secretaria-
182 Executiva sobre a tramitação do termo de referência. Em 16 de julho o CNAS recebeu o processo de
183 termo de referência número, vou ler tão-somente o final, 779/2015-87 da Coordenação-Geral de
184 licitações e contratos do MDS com o propósito de readequação de alguns itens. Nessa ocasião,
185 solicitaram que o CNAS encaminhasse o mesmo a CONJUR e a ASCOM para a devida formalização
186 das áreas. O CNAS fez o encaminhamento do processo para a ASCOM em meio virtual 17 de julho,
187 considerando que o termo de referência foi fruto da construção coletiva entre o CNAS e a ASCOM,
188 e encaminhou o processo físico para manifestação da CONJUR, em 20 de julho, desculpe. No dia 21
189 de julho a Coordenação-Geral de licitações e contratos solicitou a imediata restituição do processo
190 para a cotação do objeto e em função disso, o CNAS solicitou à CONJUR a devolução do mesmo
191 para o cumprimento dessa etapa. A Coordenação-Geral de licitações e contratos do MDS já
192 procederam a coleta de preços de três empresas e no momento está compilando o mapa
193 comparativo para se obter o preço médio dos serviços e produtos que referenciará o processo
194 licitatório. 6) Demandas/informações recebidas sobre o processo de conferência. 6.1) e meio do
195 COMAS São Paulo de 4/08/2015, que encaminha a nota pública de repúdio à deliberação do

196 *CONSEAS 013/2015 aprovada na plenária ordinária em 30/06/2015. Manifesta: descontentamento*
197 *e repúdio à distribuição de vagas do conselho estadual de assistência social de São Paulo, CONSEAS*
198 *São Paulo, com a cessão de 10 vagas para a participação do município de São Paulo na décima*
199 *conferência de Assistência Social, conferência estadual de assistência social, conforme*
200 *regulamentação publicada na deliberação CONSEAS 03/2015, desconsiderando que a capital é o*
201 *município de maior população, conforme anexo E. Encaminhamento: considerando a urgência*
202 *dessa demanda, a comissão organizadora aprovou ad referendum o envio no dia 10 de agosto de*
203 *ofício ao CONSEAS São Paulo com cópia para o COMAS São Paulo solicitando do CONSEAS*
204 *esclarecimento sobre os critérios de distribuição de vagas para delegados da conferência estadual*
205 *de São Paulo e foi informado que o relato da comissão organizadora na plenária está previsto para*
206 *a tarde do dia 13, quinta-feira, e solicitado o esforço daquele conselho no envio das informações*
207 *ao CNAS até a manhã do dia 13 para que o CNAS possa fazer a discussão e encaminhamentos que*
208 *julgar necessários. Para efeito de informação, o encaminhamento foi feito pelo conselho estadual,*
209 *está aqui para no momento oportuno a gente fazer a apresentação. 6.2) e-mail ao CONSEAS de*
210 *5/08/2015, CONSEAS São Paulo, que solicita a orientação de como proceder quando o município*
211 *não eleger o delegado na sua conferência. Encaminhamentos: considerando a urgência dessa*
212 *demanda, a comissão organizadora aprovou ad referendum o envio o no dia 10 de agosto de e-*
213 *mail ao CONSEAS São Paulo solicitando a relação dos municípios que não elegeram delegados e as*
214 *justificativas por eles apontadas, bem como informações de que se os mesmos encaminharam os*
215 *relatórios das respectivas conferências para os CONSEAS. Foi informado que o relato da comissão*
216 *organizadora na plenária está previsto para a tarde do dia 13 de agosto, quinta-feira, e solicitado*
217 *esforço daquele conselho no envio das informações ao CNAS até a manhã do dia 13 para que o*
218 *CNAS possa fazer a discussão e encaminhamentos que julgar necessários. Tem ofício de resposta*
219 *aqui com relação a esse item. 7) informes sobre os preparativos da segunda teleconferência sobre*
220 *o processo de conferência 2015 no dia 24/08. Conforme deliberação da plenária de julho,*
221 *participarão como entrevistados da segunda conferência, teleconferência, que terá como foco a*
222 *etapa de conferências estaduais e do DF de Assistência Social o presidente, a vice-presidente, o*
223 *conselheiro Alceu Kuhn e a conselheira Célia Lima. O roteiro está em fase de elaboração pela*
224 *Secretaria-Executiva e presidência e depois será encaminhado aos conselheiros participantes. O*
225 *encaminhamento é que o roteiro da segunda conferência, teleconferência deve ser encaminhado a*
226 *assessoria da SNAS até o dia 18 de agosto. 8) definição da pauta da reunião de 14 e 15 de*
227 *setembro. 8.1) composição da lista de delegados nacionais, total 58, que terá representação do*
228 *governo e da sociedade civil. Encaminhamento da reunião de junho: as representações do governo*
229 *e da sociedade civil no CNAS farão a indicação dos delegados até a reunião da comissão*
230 *organizadora de setembro. Encaminhamento: as representações do governo e da sociedade civil*
231 *no CNAS deverão fazer a indicação dos convidados até a reunião da comissão organizadora de*
232 *setembro/outubro, ver se a gente faz a explicação. 8.2) composição da lista de convidados, total*
233 *176, que terá a representação do governo e da sociedade. Encaminhamento da reunião de julho da*
234 *sociedade civil. Encaminhamento da reunião de junho: as representações do governo e da*
235 *sociedade civil no CNAS farão a indicação de convidados até a reunião da comissão organizadora*
236 *de setembro. Encaminhamento: as representações do governo e da sociedade civil no CNAS farão a*

237 *indicação dos convidados até a reunião da comissão organizadora de setembro e outubro, neste*
238 *ponto a gente vai, quando formos discutir também tratar de um encaminhamento feito pela*
239 *presidência ampliada. 8.3) participação da equipe de relatoria: Sisconferência, proposta de*
240 *programação da décima conferência nacional. 8.4) informes da Secretaria-Executiva sobre a*
241 *tramitação do termo de referência. 8.5) demandas/informações recebidas sobre o processo de*
242 *conferências. 8.6) outros assuntos. 8.7) definição da pauta da reunião de outubro. Assinam o*
243 *Edivaldo da Silva Ramos, presidente e Marlene de Azevedo Silva, vice-presidente.". Em seguida*
244 *realiza a leitura do Anexo A: "Anexo A: reunião conjunta da gestão e do controle social do SUAS*
245 *sobre o processo conferencial da décima conferência nacional sobre o processo conferencial,*
246 *desculpe, de 2015. Brasília, a reunião aconteceria aqui em Brasília, em local a ser confirmado nos*
247 *dias 1 e 2 de setembro de 2015. O público seriam representantes da comissão organizadora dos*
248 *conselhos estaduais de assistência social, é um representante, e os secretários, por estado, e os*
249 *secretários executivos dos conselhos estaduais, e também representantes dos órgãos gestores da*
250 *Política de Assistência Social. O objetivo é aprofundar o tema, subtemas e dimensões da décima*
251 *conferência de Assistência Social assim, como apresentar a metodologia de construção das*
252 *deliberações e sistematização das informações. A programação: no dia primeiro a proposta é de*
253 *que aconteça no dia primeiro, no período da tarde: de 14 h às 14 h30 uma abertura; de 14 h30 às*
254 *16 h um painel sobre temas, subtemas e dimensões da décima conferência. E a sugestão aqui de 2*
255 *painelistas; a coordenação da mesa seria das conselheiras Célia Lima e Cadó; de 16 h às 17h 30 um*
256 *debate, o debate; no dia 2/09, quarta-feira, de 8 h30 às 9 h30 apresentação do Sisconferência pela*
257 *relatoria. A coordenação das mesas, conselheiras Marlene e Aldenora, de 9 h30 às 10 h30 um*
258 *debate, de 10 h30 às 11 h30 apresentação da síntese da organização das conferências nos estados,*
259 *conselho ficou indicado aí para isso o conselheiro Leovane e integrantes da relatoria, a*
260 *coordenação da mesa seriam as conselheiras Maria Lúcia Marquim e Cláudia Vieira, desculpe, eu li*
261 *Clátia e falei Cláudia, desculpe Clátia; de 11 h30 às 13h debate; de 14 h30 às 15 h30 apresentação*
262 *do SUAS nos estados, a SNAS e consultoria; a coordenação da mesa, a indicação era de que seja a*
263 *conselheira Lea e o conselheiro Alceu Kuhn; de 15 h30 às 17h debate; e de 17h às 17 h30 é o*
264 *encerramento.". A Conselheira Célia sugere que a Conferência Nacional inicie as 8:00. A Vice-*
265 *Presidente Marlene realiza a leitura do roteiro: "Para facilitar o debate sobre o processo de*
266 *organização da décima conferência nacional de assistência social e subsidiar o encontro de*
267 *qualificação do processo conferencial solicita às informações quanto aos itens abaixo: identificação*
268 *do estado; o presidente do conselho; e responsável pelo órgão gestor. 1) qual percentual de*
269 *municípios que realizaram conferências? 2) a avaliação dos aspectos positivos e dificuldade da*
270 *realização das conferências municipais. 3) observações relativas a mobilizações regionais. 4)*
271 *observações sobre a acessibilidade das conferências municipais. Outra questão, quanto ao*
272 *processo de preparação da conferência estadual: 1) critério e número de delegados que comporão*
273 *as conferências estaduais; 2) ações de divulgação e mobilização; 3) outras informações que*
274 *considerar relevantes no processo de organização da conferência estadual." . O Presidente*
275 *Edivaldo entende que poderia colocar a avaliação dos aspectos positivos, a avaliação das*
276 *conferências municipais e no que concerne ao desenvolvimento do tema, lema, subtema e*
277 *dimensões porque esse é o tema que mais importa saber. Aprovados os anexos A e B. O*

278 Conselheiro Leovane realiza a leitura do Anexo C: "Anexo C – Plano de comunicação, processo
279 conferencial 2015. Objetivo: mobilizar gestores, trabalhadores, usuários e imprensa para
280 participação no processo de conferências envolvendo iniciativas de divulgação das conferências
281 municipais, estaduais e nacionais. Tema: consolidar o SUAS de vez rumo a 2026. Lema: pacto
282 republicano do SUAS como a 2026, o SUAS que temos e o SUAS que queremos. Calendário:
283 conferências municipais 11 de maio a 10 de agosto; contra a decisão estaduais e aqui no DF até 19
284 de outubro; e conferência nacional de 7 a 10 de dezembro. Porta-vozes: ministra Tereza Campello,
285 Secretária Nacional da Assistência Social, Ieda Castro; secretário nacional de assistência social
286 adjunto, José Dirceu Galão, presidente e vice-presidente do conselho nacional de assistência social,
287 Edivaldo e Marlene; conselheiros e representantes do MDS que participarem das conferências.
288 Mobilização: a mobilização para a participação das conferências a partir das municipais contará
289 com o apoio de ações da ASCOM do MDS como divulgação do portal do MDS, no InfoSuas e das
290 redes sociais. Teleconferências: já realizamos uma teleconferência que vai ajudar na mobilização
291 das conferências municipais, em agosto e em novembro realizaremos outras duas teleconferências
292 sobre as conferências estaduais e sobre a conferência nacional, CNAS que vai produzir o roteiro.
293 Conferências municipais: aviso de pauta e entrevista, aviso de pauta das conferências das capitais,
294 entrevistas com os representantes da SNAS, do CNAS, (SNAS/CNAS/ASCOM/MDS). Boletins
295 divulgação das matérias e das datas das conferências no calendário dos boletins, InfoSuas,
296 (CNAS/ASCOM/MDS). Conferências estaduais: artigo na secretaria nacional de Assistência Social,
297 assinado em conjunto com o presidente do CNAS, para jornais regionais. O material deve ser e
298 estar pronto no início de agosto e será divulgado também no boletim do MDS (CNAS/SNAS o apoio
299 da ASCOM do MDS). Rádio: distribuir o material de rádio feito propriamente pela ASCOM para as
300 rádios dos estados (ASCOM do MDS). Avisos de pautas e coberturas: aviso de pauta de todas as
301 conferências, um assessor de imprensa para acompanhar a ministra, ou eu, ou os secretários
302 nacionais de assistência social e os conselheiros do CNAS que estiverem presentes. Se for possível,
303 a gente daremos entrevistas para programas de TV do estado. Sempre que possível, um fotógrafo
304 do MDS deve acompanhar, caso não seja, pegamos o material com parceiros essa gritaria estadual
305 (ASCOM MDS). Boletins: divulgação dos boletins semanais do SUAS (SNAS e ASCOM do MDS).
306 Vídeo da ministra e da secretaria da assistência social saudando os participantes durante a
307 conferência, a abertura das conferências, ASCOM MDS. Vídeo: depoimento dos delegados das
308 conferências para a divulgação das redes sociais, CNAS/ASCOM/MDS. Conferência nacional: o
309 vídeo em setembro e em outubro produzir um vídeo sobre os dez anos do SUAS, o vídeo curto será
310 apresentado durante a conferência SNAS e ASCOM que produzirão. Revista, lançar a revista da
311 Secretaria Nacional que trará, que tratará dos dez anos do SUAS com ênfase nos trabalhadores e
312 usuários (SNAS/ASCOM/CNAS). Artigo: artigo da ministra Tereza Campello sobre a conferência a
313 ser publicado em jornal de alcance nacional no dia 7 de dezembro ASCOM MDS. Rádio: a partir do
314 fim de novembro agendar entrevistas nas principais rádios no país, essas entrevistas devem ser
315 dadas pela ministra, pela secretária nacional ou ainda pelo presidente do conselho. Dentro dessa
316 linha, marcar com um bom dia, o ministro ou ainda um programa na NBR com a Secretária
317 Nacional da Assistência Social e o presidente do conselho nacional (CNAS e ASCOM que vão
318 executar isso). Boletim, edição especial do boletim SUAS a ser distribuído durante o evento. O

319 *balanço das conferências estaduais e o ping-pong com a ministra e ações dos dez anos do SUAS*
320 *(SNAS e ASCOM/MDS). Entrevistas: agendamento de entrevistas e estudos sobre o evento em*
321 *jornais locais, TVs do DF, rede Record, rede TV, bandeirantes, SBT, Globo, TV NBR, TV Senado, TV*
322 *Câmara entre outras. Antes do evento assim, como Voz do Brasil e rádio nacional na véspera do*
323 *dia do evento, ASCOM MDS. Press kits: distribuição de Press kits para a imprensa com a*
324 *programação do evento, histórico das conferências de Assistência Social e informações sobre o*
325 *SUAS e sobre o processo de conferências de 2015 (ASCOM/MDS). Cobertura: transmissão on line*
326 *do evento ao vivo, CNAS. Previsão da coletiva da ministra com o presente do CNAS logo*
327 *depois da abertura oficial do evento ou antes do início dos trabalhos do primeiro dia, dependendo*
328 *do horário da abertura do evento, se for à noite prever coletiva para a manhã seguinte*
329 *(ASCOM/MDS). Transmissão do evento no site do MDS (ASCOM/MDS). Cobertura e produção de*
330 *matérias (ASCOM/MDS). Pós-conferências: matéria de balanços ao fim dos trabalhos e matéria de*
331 *balanços costurando o depoimento de trabalhadores coletado pelos repórteres de rádio, como*
332 *desdobramento da conferência e fala da ministra (ASCOM/MDS). Ações da comunicação*
333 *eletrônica: hotsites, transmissão ao vivo pela Internet, plataforma Dialoga Brasil.”. A Conselheira*
334 *Célia prossegue com a leitura do Anexo D: “O Mérito CNAS trata do reconhecimento pelo Conselho*
335 *Nacional de Assistência Social das práticas exitosas, da participação e do controle social da Política*
336 *de Assistência Social realizadas pelos conselhos municipais, conselhos estaduais de assistência*
337 *social, conselho de assistência social do Distrito Federal e sociedade civil. O mérito CNAS destaca*
338 *práticas de democracia participativa, capaz de produzir resultados efetivos da atuação do controle*
339 *social em nível municipal, estadual e DF, que geram importantes implicações para a vida dos*
340 *usuários da assistência social. Deve ser compreendido como um processo estimulador de visão e*
341 *atitudes afirmativas do controle social imprescindível no controle da política pública da assistência*
342 *social, destacando práticas inovadoras, valorizando pessoas e fortalecendo princípios da*
343 *participação social, responsável e orientada para as reais necessidades dos usuários. Dos objetivos*
344 *centrais: são objetivos centrais do mérito CNAS: contribuir na visibilidade das práticas do campo do*
345 *controle social; colaborar para melhor compreensão da sociedade e dos gestores sobre a*
346 *assistência social; estimular processos organizativos que contribuam para ampliação e*
347 *amplificação, e qualificação da participação da população, qualificação da participação da*
348 *população na formulação, gestão e controle social das políticas de assistência social. Reconhecer e*
349 *divulgar iniciativas de fortalecimento e de experiências no campo de controle social que possam*
350 *ser replicadas ou adequadas para os demais conselhos, órgãos gestores e sociedade civil.*
351 *Fortalecer o controle social no âmbito da gestão e da sociedade civil. Do público-alvo: podem*
352 *participar do Mérito CNAS 2015: os conselhos de assistência social, dos municípios, estados e*
353 *Distrito Federal e a sociedade civil. Das inscrições categorias, então da inscrição: os conselhos de*
354 *assistência social, estaduais, municipais, do Distrito Federal e da sociedade civil farão a inscrição*
355 *exclusivamente por meio de formulário específico disponibilizado no site do CNAS contendo. Vai ter*
356 *um aplicativo para se fazer um formulário no site, para se fazer essa inscrição que vai ser*
357 *composto de dois modos: o primeiro módulo é identificação do candidato, esse módulo vai ser*
358 *preenchido, tanto pelo conselho, quanto pela sociedade civil, e o segundo módulo, que é a*
359 *identificação e detalhamento da ação requerente ao mérito CNAS, que aqui é só a sociedade civil,*

360 *que a sociedade civil vai fazer a inscrição de uma ação, ou de uma prática exitosa para concorrer à*
361 *premiação. No 2.1, então essa ação, essa prática exitosa teria que ser detalhado lá no módulo. O*
362 *histórico, que é a oportunidade percebida, o problema enfrentado, situação anterior, seria a*
363 *descrição da situação anterior, a intervenção enfatizando a oportunidade percebida ou problema*
364 *encontrado. Identificação dos fatores que impulsionaram o desenvolvimento da ação. Conter*
365 *também o diagnóstico, seria a descrição de como foram diagnosticadas as necessidades que*
366 *justificaram a ação. 2.2) a solução adotada, e os objetivos, e identificação dos objetivos da ação.*
367 *2.3) a metodologia, a metodologia teria a descrição da solução adotada, especificando a*
368 *metodologia, as respectivas técnicas utilizadas para a implantação da ação. Investimentos.*
369 *Sustentabilidade da ação sob a ótica da capacidade e continuidade dessa ação. Os obstáculos,*
370 *comentários sobre as dificuldades encontradas para a implantação da iniciativa e como foram*
371 *enfrentadas pela sociedade civil, essa é a questão das inscrições. Então das categorias, serão*
372 *premiadas duas categorias de acordo com a seguinte discriminação: a categoria um seria*
373 *conselhos, os conselhos os municipais teriam três premiações distribuídas da seguinte forma, uma*
374 *premiação para grupo de municípios de pequeno porte um e dois; uma premiação para grupos de*
375 *municípios de médio porte; e uma para grupo de municípios de grande porte e metrópole, então*
376 *não seria mais da outra forma que seriam os municípios de maneira geral, mas os municípios iriam*
377 *concorrer por grupos dentro desse esporte. Estaduais seria uma premiação, e dentro dos estaduais*
378 *estaria o Distrito Federal. A categoria dois, sociedade civil são três premiações, uma para cada*
379 *segmento identificado conforme as normativas do CNAS, uma premiação para o segmento dos*
380 *trabalhadores, de usuários ou organizações de usuários, entidades socioassistenciais.”Na questão*
381 *das entidades que podem se inscrever, não são os três tipos de entidades que estão na Lei*
382 *Orgânica da Assistência Social, as entidades que de atendimento, que desenvolvem, que ofertam*
383 *serviços socioassistenciais, essa seria o objeto de premiação, mas sim aquelas que entram na*
384 *defesa, no assessoramento, porque está mais próximo do controle social, porque o prêmio é de*
385 *controle social, não é prêmio da gestão, da execução dos serviços que seria, estaria mais ligada à*
386 *gestão da Política de Assistência Social. Os critérios para credenciamento seria das entidades de*
387 *conselho, o processo da participação social, que seria para conselhos e sociedade civil, tendo como*
388 *referência aos artigos 125, 126, 127 da NOBSUAS em 2012. Gestão e estruturação do conselho, os*
389 *artigos 121, 123, 124 também da NOBSUAS 2012. O controle social do orçamento:*
390 *acompanhamento do orçamento em rede socioassistencial, os artigos 84, 85 e 86 da NOBSUAS,*
391 *então essa referência aqui desses artigos seria apenas para os conselhos, sociedade civil não.*
392 *Ações que demonstram capacidade de articulação, mobilização e intersetorialidade para conselho*
393 *e sociedade civil. Os critérios de classificação: na categoria 1, que a categoria de conselho a*
394 *avaliação será realizada com base nos dados coletados do Censo SUAS 2014, e ID Conselhos*
395 *conforme discriminação. Então por isso que nós dividimos por porte também, porque a própria*
396 *normatização da Política de Assistência Social já trata de forma diferente os portes, inclusive no*
397 *pacto de aprimoramento do SUAS também divide por porte e no próprio Censo SUAS no módulo de*
398 *conselhos. Id conselhos tem três, são três pontos trabalhados no ID Conselhos no módulo conselho*
399 *do Censo SUAS, primeiro é a estrutura administrativa, a análise terá como parâmetro os*
400 *indicadores do nível cinco, então é o, em todos os, em todo o módulo do conselho, do Censo SUAS*

401 são dentro desses três parâmetros são cinco níveis, como referência o nível cinco, mas para cada
402 indicador a gente já sugeriu uma pontuação diferente. Qual foi o critério do valor da pontuação?
403 Exatamente aquela, aquele indicador ser o nível do desafio do indicador. É um desafio grande?
404 Não é? Já é comum os municípios estarem cumprindo isso ou os estados? O valor da pontuação vai
405 dar para desafio em relação a esse indicador, do tamanho do desafio. Possuir previsão de recursos
406 na lei orçamentária anual? Seria uma pontuação 2. Essa previsão da lei orçamentária anual eu
407 acho que é claro, não é da assistência social no orçamento do município, é o conselho que tem no
408 orçamento do município ou do estado uma unidade orçamentária específica para ele com recurso,
409 que isso é um desafio grande, então a gente deu a pontuação 2. Utiliza para despesa de seu
410 funcionamento o mínimo de 3% do IGD, pontuação um; possuir Secretaria-Executiva, pontuação
411 um; nos municípios de grande porte e metrópole o secretário-executivo é exclusivo, pontuação 2;
412 uma das, uma ou mais salas de uso exclusivo, pontuação um; o kit equipamento, veículo exclusivo
413 ou compartilhado em mais de um computador conectado à Internet, telefone de uso exclusivo para
414 as metrópoles e os municípios de grande porte; telefone exclusivo para ou compartilhar para os
415 municípios de médio porte e pequeno um e dois, seria a pontuação 2. Dinâmica de funcionamento:
416 a análise terá como parâmetros os indicadores de nível cinco também, se realizou no mínimo dez
417 reuniões de plenária no ano anterior, reuniões ordinárias, entre reuniões ordinárias e
418 extraordinárias, pontuação um; possuir regimento interno, pontuação um; deliberou sobre o
419 orçamento do executivo, pontuação um; deliberou sobre o plano de assistência social, pontuação
420 um; fiscaliza o serviço, programas e projetos da rede pública ou privada, ou fiscaliza somente a
421 rede pública quando não existe rede privada, pontuação 2; é instância social do controle do Bolsa
422 Família, é instância do controle social do Bolsa Família, pontuação 2; acompanha o cumprimento
423 de deliberações de conferências municipais, pontuação 2; realiza reuniões, ações de mobilização
424 ou descentralizadas, ou ampliadas, pontuação 3. Composição do conselho: a análise terá como
425 parâmetro também os indicadores de nível cinco, os indicadores: mínimo de dez conselheiros
426 titulares para município de grande porte e metrópole, e mínimo de oito conselheiros titulares para
427 municípios de médio porte e para pequeno porte um e dois, pontuação um. Representantes da
428 sociedade civil, eleitos por assembleias constituídos para esse fim, pontuação 2; presença de
429 conselheiros representantes de usuários ou representantes de organizações de usuários,
430 pontuação 3; presença de conselheiros representantes de entidades e organizações da assistência
431 social, pontuação 2. Olha, esse indicador não existe no Censo SUAS, nesse módulo do conselho, foi
432 colocado por solicitação também de representação da sociedade civil, porque como tem a
433 representação de trabalhadores e usuários por que não ter a representação de entidades. Foi
434 muito debatido que entidade já é mais o comum, as entidades de atendimento e já é mais comum
435 que está presente no conselho, que o desafio maior hoje é o quê? São os usuários, mas nós
436 colocamos também aqui, embora não tenha esse indicador, não tem como a gente aferir esse
437 indicador no Censo SUAS, porque não consta no módulo do conselho, mas pode-se ter outras
438 formas de se aferir, se for o caso de continuar. Presença de conselheiros representantes de
439 trabalhadores do setor, pontuação 2. Então vocês estão vendo aqui que a pontuação maior ficou
440 para a representação de usuários. Alternância na presidência entre os representantes de governo e
441 os representantes da sociedade civil, pontuação 2; presidente e vice-presidente eleitos em plenária,

442 pontuação um; conselheiros pode ser reconduzido uma única vez, pontuação um; representação
443 governamental da assistência social, saúde e educação, pontuação um.”Se estiver empate sugere-
444 se alguns critérios para desempate, em caso de empate entre os conselhos serão analisados para
445 desempate seguindo os critérios: publicações elaboradas para a elaboração aos conselheiros. “A
446 pontuação: será concedido um ponto para cada publicação. Lei de criação adequada ao SUAS,
447 pontuação 2; resoluções emitidas para a qualificação dos serviços, programas, projetos e
448 benefícios socioassistenciais, pontuação, para cada resolução será concedido um ponto. Número
449 de reuniões descentralizadas, realizadas no ano de 2014. Então, para cada reunião
450 descentralizada, será concedido um ponto, além da pontuação três, estabelecida na dinâmica de
451 funcionamento. Categoria dois. Sociedade Civil. Olha, os critérios dos trabalhadores, usuários e
452 organizações, que nós colocamos aqui, não estão concluídos. Foi realizado um contato com os
453 órgãos representantes da Sociedade Civil, com as entidades de representação da Sociedade Civil,
454 para que eles encaminhasse sugestões de critérios, portanto, esses critérios estão abertos ainda
455 para receber a sugestão das entidades e organizações da Sociedade Civil. Para os trabalhadores.
456 Participação em Conselhos de Assistência Social, participação em Conferências de Assistência
457 Social, atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores, atuação na mobilização e articulação dos
458 trabalhadores a favor do SUAS. Usuários e organizações de usuários. Os critérios. Participação em
459 Conselho de Assistência Social, participação em Conferência de Assistência Social, atuação na
460 defesa dos direitos dos usuários, atuação na mobilização e articulação dos usuários a favor do
461 SUAS. Entidades socioassistenciais. Então, entidades que atuam no assessoramento e defesa de
462 direitos. Critérios. Participação e defesa dos direitos dos usuários e trabalhadores, atuação na
463 mobilização e articulação dos usuários e dos trabalhadores a favor do SUAS, formação e
464 capacitação de lideranças, trabalhadores, entidades e aos gestores. Da avaliação. Serão
465 observados na avaliação, a efetividade dos resultados, sustentabilidade, possibilidade de
466 multiplicação, desenvolvimento de parceria e caráter continuado da ação. A avaliação será
467 efetuada por Comissão Especial do CNAS. A premiação. Serão reconhecidos, pelo mérito CNAS, os
468 Conselhos que apresentaram resultados mais expressivos, alcançados por meio de práticas do
469 controle social, caracterizado por pontuação mais elevada em cada um dos itens de avaliação. E os
470 Conselhos de Sociedade Civil vencedores serão contemplados com estatueta, certificado de
471 reconhecimento, totem na entrada do CNAS, com exposição permanente, com foto. Aí, seria
472 solicitar a ASCOM. Matérias sobre o projeto, publicadas no site do CNAS, CNAS Fórum, boletim
473 MDS e seus informes. Do cronograma. Então, nós colocamos só o que deve conter no cronograma,
474 mas não colocamos datas. A divulgação do mérito. Seria a divulgação, em todo o Brasil, do mérito,
475 para que as pessoas, os Conselhos e entidades, façam as suas inscrições. Período de inscrição,
476 avaliação, divulgação dos resultados, a premiação, que vai ser durante a Conferência. Divulgação
477 das experiências premiadas, publicação no site do CNAS, CNAS Informe, Boletim MDS e SUAS
478 Informe. Os encaminhamentos, que a subcomissão sugeriu. Viabilizar no site do CNAS, banner com
479 todas as informações sobre o mérito, com a opção de preenchimento e envio do formulário de
480 inscrição online. Solicitar apoio à Secretaria-Geral da Presidência da República e definir o nome do
481 mérito CNAS.”. A Vice-Presidente procede a leitura da nota pública de repúdio a deliberação do
482 CONSEAS: “O Conselho Municipal de Assistência Social, COMAS, no uso das atribuições que lhes

483 são conferidas pela Lei 8.742, de 07 de dezembro de 93, e a Lei Municipal número 12.524, de 01 de
484 dezembro de 97, e regulamentada pelo Decreto 38.877, de 21 de dezembro de 99, manifesta
485 descontentamento e repúdio à distribuição de vagas do Conselho Estadual de Assistência Social de
486 São Paulo, CONSEAS, com ascensão de 10 vagas para participação do município de São Paulo na
487 10ª Conferência Estadual de São Paulo, conforme regulamentação publicada na deliberação
488 CONSEAS 013/2015, desconsiderando que a capital é o município de maior população do estado de
489 São Paulo e do Brasil, com 11, 9 milhões de habitantes. IGBE 2014. A cidade de São Paulo realizará
490 31 Conferências Regionais, com aproximadamente 9.000 participantes, sendo que a 11ª
491 Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo agregará as representações regionais
492 com número estimado de 1.500 delegados municipais. Na 9ª Conferência Estadual de Assistência
493 Social de São Paulo, a capital teve 112 vagas, para a Conferência de 2015 foram deliberadas 10
494 vagas o que representa a redução de 91, 1%. Em levantamento percentual em relação às vagas da
495 capital, as vagas deliberadas pelos delegados natos do CONSEAS, 48, são 380% maiores que as
496 vagas da capital. As vagas dos diretores de DRADS, Diretoria Regional de Desenvolvimento Social,
497 são 26, são 160% maiores que as vagas na capital. As vagas dos representantes do
498 CNAS/CONSEAS, grupo de apoio, 17, são 70% maiores que as vagas da capital. As vagas dos
499 convidados das sedes, 16, são 60% maiores do que as vagas da capital. Estamos realizando a
500 avaliação do SUAS e seus desafios para as diretrizes do plano decenal do SUAS. Entendemos que
501 para a definição dos critérios de distribuição de vagas, é imperativo considerar não apenas a
502 densidade demográfica, mas a abrangência que complexidade na gestão dos serviços, programas,
503 projetos e benefícios e uma rede socioassistencial estatal e conveniada, que compreende 1.336
504 serviços e possui uma capacidade de 219.973 atendimentos/mês, conforme dados do atlas da
505 Rede Socioassistencial de São Paulo. Igualmente importante é considerar a contribuição das
506 entidades de trabalhadores do SUAS e usuários, nos avanços e nas superações dos desafios. A
507 presente manifestação pública justifica a indignação frente ao número de vagas deliberadas pelo
508 CONSEAS para a capital e as demais metrópoles, e a decorrente desmobilização e exclusão que
509 este ato causa ao avanço do SUAS, ao controle social e à participação. Conselho Municipal de
510 Assistência Social de São Paulo, COMAS, São Paulo.” Quando, conforme foi relatado, ad
511 referendum, nós encaminhamos um ofício, de número 79, da Presidência do CNAS, no dia 10 de
512 agosto, dirigido à senhora Nicole Marianne de Paula Ferraz Hoedemaker, Presidente do Conselho
513 Estadual de Assistência Social de São Paulo. “Assunto: Encaminha cópia do e-mail CMAS
514 Guarulhos...” Desculpa, eu estou lendo... É esse mesmo, não é? “Senhora Presidência. Ao
515 cumprimentar Vossa Senhoria, solicito atenção ao que segue o Conselho Nacional de Assistência
516 Social, CNAS, em reunião da Comissão Organizadora, do dia 10 de agosto, discutiu sobre a nota
517 pública de repúdio à deliberação CONSEAS 03/2015, aprovada na plenária ordinária do COMAS,
518 em 30/06/2015, conforme cópia em anexo. Conforme orientações previamente publicadas nos
519 informes e enviadas para o CONSEAS, o CNAS reafirma que a paridade entre Governo e Sociedade
520 Civil deve ser cumprida, bem como observada a composição dos três segmentos da Sociedade Civil
521 nas delegações. Não obstante, salientamos que a referida paridade está induzida em diversas
522 normativas do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, haja vista que elas definem que a
523 construção da Política de Assistência Social se dá por meio de um conjunto integrado de ações de

524 *iniciativa pública e da Sociedade Civil. Diante disto, o CNAS solicita deste Conselho Estadual,*
525 *esclarecimentos dos critérios de distribuição de vagas para os delegados da Conferência Estadual*
526 *de São Paulo. Considerando que o CNAS estará em reunião nesta semana e que o relato da*
527 *Comissão Organizadora será datado do dia 13, quinta-feira, solicitamos esforço desse Conselho no*
528 *envio de informações solicitadas até amanhã, nesse dia, para que o CNAS possa fazer a discussão e*
529 *encaminhamentos que julgar necessário. Colocamo-nos ao seu dispor, subscrevemo-nos. Edivaldo*
530 *da Silva Ramos.” Nós recebemos então o ofício CONSEAS/São Paulo, número 127/2015, datado de*
531 *12 de agosto de 2015, assunto: Ofício número 79/2015. Então, é uma resposta ao nosso ofício.*
532 *“Encaminha cópia do e-mail CMAS Guarulhos São Paulo. Senhor Presidente, em resposta ao ofício*
533 *supra referido, gostaríamos, primeiramente, de destacar que o assunto refere-se ao e-mail do*
534 *CMAS de Guarulhos, o qual não foi anexado e cujo teor não conhecemos. Portanto, não podemos*
535 *tecer nenhuma consideração a respeito do momento.” Eu fiz, na hora da leitura, outra... “Por outro*
536 *lado, com relação à nota pública de repúdio do COMAS São Paulo, mencionada no corpo do ofício,*
537 *encaminhamos em anexo a resposta do CONSEAS São Paulo, publicada no Diário Oficial do Estado,*
538 *de 18/07/2015, onde este colegiado reafirma que o processo de construção da 10ª Conferência*
539 *Estadual foi feito de forma transparente e democrática, tendo como principal bandeira e objetivo*
540 *maior o fortalecimento do SUAS. Por fim, quanto ao critério de distribuição de vagas para*
541 *delegados da Conferência Estadual de São Paulo, o mesmo encontra-se publicado, através da*
542 *deliberação número 03/2015, do CONSEAS São Paulo, Anexo I, cuja cópia também segue,*
543 *colocando-nos ao seu dispor, subscrevemo-nos. Nicole Marianne, Presidente do CONSEAS.” Isso foi*
544 *recebido no dia 12, ontem, não é? A Secretaria Executiva fez uma síntese dos documentos, dos*
545 *anexos recebidos, mas estão todos aqui, caso haja alguma dúvida, a gente faz... Podemos ler a*
546 *síntese aqui? “Relação e síntese dos principais pontos dos documentos encaminhados pelo*
547 *CONSEAS São Paulo. O CONSEAS São Paulo encaminhou ao CNAS, no dia 12 de agosto, os*
548 *seguintes documentos, visando atender à solicitação do CNAS, de maior esclarecimento em relação*
549 *aos critérios de distribuição de delegados da 10ª Conferência Estadual de Assistência Social de São*
550 *Paulo. Item a) Comunicado do CONSEAS São Paulo em resposta à nota de repúdio do COMAS São*
551 *Paulo, publicado no Diário Oficial, Poder Executivo, Seção I. Em relação à nota pública do COMAS*
552 *São Paulo, manifestando repúdio à deliberação 03/2015, do CONSEAS São Paulo, lamentamos*
553 *profundamente que aquele colegiado municipal desconsidere um processo de decisão*
554 *democrático, que contou com a participação do conjunto dos municípios paulistas. Esta*
555 *manifestação imprópria, que distorce critérios aprovados pelos Conselhos Municipais,*
556 *participantes do processo, e nega o fortalecimento da Assistência Social daí decorrente, vem,*
557 *infelizmente, se somar à notável ausência do COMAS São Paulo em todas as discussões realizadas.*
558 *Lamentamos ainda que sua Presidente municipal permita tamanho desrespeito aos profissionais*
559 *que se engajaram nas deliberações sobre a 10ª Conferência Estadual de Assistência Social e ao*
560 *CONSEAS, colegiado ao qual cabe definir as diretrizes resultantes dessas discussões. Tal atitude,*
561 *que beira a irresponsabilidade, em nada contribui para o avanço das políticas públicas sociais,*
562 *critério que deve prevalecer sobre quaisquer outras considerações. Reafirmamos que o processo de*
563 *discussão da 10ª Conferência Estadual foi feito de forma transparente, democrática e aberta à*
564 *participação de todos os atores sociais, tendo como principal bandeira e objetivo maior o*

565 *fortalecimento do SUAS. B) Deliberação número 03, de 12 de julho de 2015, que regulamenta a 10ª*
566 *Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo, que traz as seguintes informações. Artigo*
567 *4º – Participação da 10ª Conferência Estadual de São Paulo, Estadual de Assistência Social, 793*
568 *delegados titulares, eleitos nas Conferências Municipais, acrescidos de 48 delegados natos do*
569 *CONSEAS São Paulo, totalizando 841 delegados. Artigo 6º – A eleição dos delegados municipais*
570 *ocorrerá entre representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, devendo os municípios*
571 *garantir a participação dos delegados eleitos na 10ª Conferência Estadual de Assistência Social.*
572 *§1º – Nos municípios de médio porte, grande porte e metrópole, deverá ser observado o princípio*
573 *da paridade, para a eleição dos delegados, representantes do poder público e da Sociedade Civil*
574 *em igual número. §2º – Os delegados eleitos deverão ter o número de até três suplentes,*
575 *respeitando a paridade. Quadro anexo I, porte I. Total de municípios, 401, vagas 01, total de*
576 *delegados, 401. Porte II. Total de municípios, 120. Vagas 01. Total de delegados, 120. Médio. Total*
577 *de municípios, 49. Vagas 02. Total de delegados, 98. Grande. Total de municípios, 72. Vagas, 02.*
578 *Total de delegados, 144. Metrópole. Total de municípios, 03. Vagas, 10. Total de delegados, 30.*
579 *Total de delegados municipais, 793. Total de delegados natos, 48. Total geral de delegados, 841.”*
580 *Encaminharam também o anexo com a divisão de vagas por porte e por região. Consta aqui o*
581 *anexo com a distribuição, é impossível ler o Diário Oficial com a letra desse tamanho, mas está*
582 *aqui anexado, um documento que traz aqui, de forma detalhada, que foi apresentado no quadro.*
583 *Esta é a resposta, quer dizer, o que foi suscitado, o Conselho, em que aspectos foi suscitado, e a*
584 *resposta do Conselho Estadual de São Paulo.”. A Sra. Nicole Marianne de Paula Ferraz Hoedemaker*
585 *– Presidente CONSEAS – São Paulo, esclarece que após alguns ofícios recebidos, foi feita uma*
586 *reunião em São Paulo, no CONSEAS, com representantes do COMAS, do FAS, do FET/Suas, para*
587 *conversar novamente sobre os critérios, porque não há nada escondido e não há nenhum*
588 *problema em rebater as questões. Ressalta que pela primeira vez, o estado de São Paulo contará*
589 *com nomeação de delegados em todos os seus 645 Municípios. Pela primeira vez, não haverá*
590 *reuniões regionalizadas para escolha do município, justamente para tentar uma adequação. O*
591 *Presidente Edivaldo propõe como encaminhamento: que o CONSEAS reavaliasse, pelo menos, o*
592 *número final, de 841, visando garantir a paridade, e que a Comissão Organizadora volte também a*
593 *discutir, para ver no que pode contribuir com esse processo.***ENCERRAMENTO.** O Presidente
594 *encerrou a reunião, convidando a todos para retornarem no dia seguinte às 9h. **ABERTURA.** Aos*
595 *quatorze dias do mês de junho de dois mil e quinze, a Vice-Presidente Marlene reiniciou a 236ª*
596 *Reunião Ordinária do CNAS, solicitando a conferência do quórum pela Secretária-Executiva, a qual*
597 *informou os Conselheiros Titulares presentes: Telma Maranhão Gomes, Marlene de Fátima Azevedo*
598 *Silva, José Ferreira da Crus, Célia Maria de Souza Melo Lima, Maria Lúcia Nogueira Linhares*
599 *Marquim, Cláudia Laureth Faquinote, Samuel Rodrigues, Clátia Regina Vieira, Patrícia Alves Vieira.*
600 *Conselheiras no exercício de Titularidade, Mariana Souza Lima, Dulcineia Reginato Francisco.*
601 *Conselheiros Suplentes presentes, Maira Leiliane Oliveira Almeida, Thiago Ferreira Cabral, Naelson*
602 *da Silva Ferreira, Eufrásia Agizzio, Leovane Gregório.***Item Informes da Presidência e da Secretaria**
603 **Executiva.** A Vice-Presidente Marlene realiza leitura dos informes da presidência e da Secretaria
604 *Executiva: “Informes da Presidência e da Secretaria Executiva. 1 – Ausências justificadas: a*
605 *Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, nessa Reunião Ordinária, devido a problemas de saúde; a*

606 *Conselheira Márcia Goes, nesta Reunião Ordinária, devido a compromissos institucionais; a*
607 *Conselheira Cláudia Faquinote, nesta Reunião Ordinária, devido a compromissos institucionais.” A*
608 *gente tem que fazer uma correção aqui, não é? A Cláudia está aqui, presente, então tem que fazer*
609 *uma correção, de que ela esteve, justificou em alguns momentos da reunião, não é? “A Conselheira*
610 *Lúcia Marquim, no dia 13 de agosto nos período da tarde, devido a compromissos institucionais. Eu*
611 *vou acrescentar aqui a Conselheira Léa Braga, agora pela manhã por compromissos institucionais;*
612 *e a Conselheira Margareth Dallaruvera, no período da tarde de ontem, em virtude de atividades da*
613 *FENAS. 2 – Convocações e Participação: O Presidente do CNAS, Edivaldo Ramos, participou dos*
614 *seguintes eventos, representando o CNAS, Conferências Municipais de Assistência Social de*
615 *Chapecó Santa Catarina, no dia 4; Belém nos dias 6 e 7 de agosto; e participará da Conferencia*
616 *Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, nos dias 21 e 22 de agosto. Segunda, também*
617 *da II Teleconferência sobre Processo de Conferencias a ser realizado no dia 24 de agosto de 2015,*
618 *de 8h as 10h30, na TV NBR. A Conselheira Raimunda Cadó foi convocada e representou o Conselho*
619 *Nacional de Assistência Social na Conferencia Municipal de Guamaré, no dia 4 de agosto em*
620 *Guamaré, Rio grande do Norte; o Conselheiro Naelson Ferreira foi convocado e representou o*
621 *Conselho Nacional de Assistência Social na 141ª Reunião da CIT, no dia 06 de agosto em Brasília; o*
622 *Conselheiro Samuel Rodrigues foi convocado e participou da reunião do GT Crianças e*
623 *Adolescentes em Situação de Rua, realizada no dia 11 de agosto em Brasília; a Conselheira Patrícia*
624 *Vieira foi convocada e representou o Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, na*
625 *Conferencia Municipal de Assistência Social de Fortaleza, nos dias 5 e 6 de agosto, em Fortaleza,*
626 *Ceará; o Conselheiro Andersom Miranda foi convocado e participou da Conferencia Municipal de*
627 *Assistência Social de Rio Branco, nos dias 10 e 11 de agosto, em Rio Branco; os integrantes*
628 *titulares da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social, foram*
629 *convocados para 7ª Reunião da Comissão nos dias 10 e 11 de agosto em Brasília; os Conselheiros*
630 *Nacionais, Titulares e Suplentes, foram convocados para a 236ª Reunião Ordinária do Conselho*
631 *Nacional de Assistência Social, no período de 12 a 14 de agosto em Brasília; a Vice-Presidente do*
632 *CNAS, a Conselheira Célia Lima e Alceu Kuhn foram convocados para a 2ª Teleconferência sobre*
633 *Processo de Conferencias, a ser realizado no dia 24 de agosto de 2015, de 08h as 10h30 na TV NBR.*
634 *Item 3 – Participações, Convidados. Os integrantes da Relatoria da X Conferencia Nacional de*
635 *Assistência Social, Célio Moraes e Carlos Eduardo Ferrari, Maria Luiza Rizzotti, Márcia Lopes, foram*
636 *convocados para participar da Reunião de Relatoria nos dias 4 e 5 de agosto, neste CNAS. O*
637 *Coordenador da Relatoria Célio Moraes foi convidado para participar da Reunião da Comissão*
638 *Organizadora, nos dia 10 de agosto. 4 – e-mails enviados aos Conselheiros do CNAS. Informativos*
639 *sobre o marco regulatório das organizações da sociedade civil; arquivos em Power Point referente*
640 *as apresentações realizada na Plenária, dia 23/07; processo Conferencia Assistência Social – 2015,*
641 *Célio Moraes e Denise Colin, Impacto Federativo no Brasil, Dra. Paula Ravanelli; arquivos em Power*
642 *Point referentes as apresentações realizadas na Plenária no dia 24/07, a saber, Pacto de*
643 *Aprimoramento da Gestão do SUAS, Proteção Social e Especial, DPSS, CNAS, apresentação do*
644 *estágio atual do Programa CAPACITASUAS, IDG/SUAS e CNAS; cópia de ofício do Conselho Federal*
645 *de Psicologia, sobre o 4º bate-papo on-line da CONPAS/CFP, A Psicologia e o Direito a Proteção*
646 *Socioassistencial, face as demandas do sistema de justiça; arquivos referentes ao Projeto*

647 *Migrações Transfronteiriças Parte 1 e 2; material enviado aos representantes do CNAS nas*
648 *Conferencias Municipais de Assistência Social, com o objetivo de subsidiar sua apresentação,*
649 *subsídio para o pronunciamento da abertura, palestras em Power Point, descrição dos slides do*
650 *Power Point, comentários para os Conselheiros com deficiência visual; relatório de participação*
651 *nas Conferencias; dados dos Conselhos por região do Censo SUAS 2014; Informe CNAS nº 6/2015;*
652 *orientações para a realização da Conferencias Estaduais de Assistência Social; cópia do Ofício nº*
653 *455/2015 do CONGEMAS e Programação da Audiência Pública dos 10 anos do SUAS, Avanços e*
654 *Desafios na Proteção Social não Contributiva no Brasil, que se realizara na Câmara dos Deputados,*
655 *no dia 13 de agosto de 2015, de 9h às 13h, No auditório, uma correção, Nereu Ramos. Informe*
656 *sobre o lançamento do Dialoga Brasil; extrato da gravação 235ª Reunião Ordinária, dia 23 de*
657 *julho, com debate sobre o processo de Conferência 2015, com a participação dos professores*
658 *integrantes da Equipe de Relatoria Célio Morais e Denise Colin, e o painel Pacto Federativo do*
659 *Brasil; responsabilidades dos índices no âmbito do SUAS, com participação de palestrantes, da*
660 *palestrante Paula Ravanelli Losada, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da*
661 *República, e como debatedores a Secretária Nacional de Assistência Social Ieda Castro, o*
662 *Presidente do FONSEAS André Quintão Silva e a Vice-Presidente do CONGEMAS Maria Lúcia*
663 *Marquim, conforme deliberado na Plenária; Info SUS, 30/07/2015, a Assistência Social chega 98,*
664 *4% do país em 2014; o link da Lei 13.146, de 6 julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de*
665 *Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência; Informe rede@alimeta,*
666 *PAA, Dialoga Brasil, Alimentação Saudável, 04/08/2015; Edital CNPIR, SEPPIR, Presidência da*
667 *República, para fomento a projetos de Governos Estaduais, Prefeituras e do Distrito Federal nas*
668 *áreas temáticas; fortalecimento dos Órgãos de Promoção de Igualdade Racial; apoio à Políticas*
669 *Públicas de Ação Afirmativa, e apoio às Polícias Públicas para Comunidades Tradicionais; slides*
670 *elaborados pela Conselheira Léa Braga, para sua participação na Conferencia Municipal de*
671 *Assistência Social de Recife, no painel do subtema, Participação e Controle Social; A Ata e*
672 *gravação da 15ª Reunião Ordinária do CNAS; pauta da 236ª Reunião Ordinária do CNAS; link de*
673 *acesso às apresentações do IX Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial de 2015, para*
674 *conhecimento; CNAS Informe, enviado dia 5 de agosto; Audiência Pública sobre os 10 anos do*
675 *SUSS, que será realizado na Câmara dos Deputados. 4.1 – Relatórios de participação dos*
676 *Conselheiros nas Conferências Municipais e outros eventos; relatório de participação do*
677 *Conselheiro Anderson Miranda na X Conferência Municipal de Assistência Social de Florianópolis,*
678 *Santa Catarina, realizada nos dias 7 e 8 de julho; relatório de participação da Conselheira Célia*
679 *Maria de Souza Melo, na Conferencia Municipal de Assistência Social de Palmas; relatoria de*
680 *participação do Conselheiro Thiago Cabral na Conferencia Municipal de Assistência Social de*
681 *Aracajú; relatório de participação do Conselheiro Samuel Rodrigues na Conferencia Municipal de*
682 *Assistência Social de Teresina; e relato de participação no GT Crianças e Adolescentes em Situação*
683 *de Rua. Resoluções e Portarias. Resolução CNAS nº 8, de 4 de agosto de 2015, Diário Oficial da*
684 *União, de 05/08/2015, Seção 1, página 223, que altera Resolução CNAS nº 4, de 9 de fevereiro de*
685 *2011, que estabelece os procedimentos aplicados as denúncias recebidas no Conselho Nacional de*
686 *Assistência Social. Resolução CNAS nº 9, de 4 de agosto 2015, Diário Oficial da União, 05/08/2015,*
687 *Seção 1, página 223, que aprova o relatório de execução orçamentária financeira do Fundo*

688 Nacional de Assistência Social, exercício de 2015, segundo trimestre; Resolução CNAS nº 10, de 4 de
689 agosto de 2015, D.O.U de 05/08/2015, Seção 1, página 224, que aprova proposta orçamentária da
690 Assistência Social em exercício de 2016; Portaria nº 74, de 7 de agosto de 2015, D.O.U. de
691 11/08/2015, Seção 1, página 65, que altera o Artigo 18 da Portaria MDS nº 177, de 16 de junho de
692 2011; Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011, D.O.U de 20/06/2011, Seção 1, página 146,
693 consolidada, que define procedimentos para Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do
694 DF, revoga Portaria 376, de 16 de outubro de 2008 e dá outras providências. Por fim, os
695 aniversariantes de agosto, a que eu vou pedir que nós façamos uma homenagem. A Cláudia já fez
696 aniversário, está aqui pedindo outros parabéns, mas ela fez. Está certo? Ela não é de agosto. Duas
697 vezes seguida, está certo, então tem que ter atenção aqui, que estamos esquecendo alguns e
698 fazendo comemorações de outros mais de uma vez. Margareth Dallaruvera no dia 10 de agosto,
699 Pedro Tomas Neto, dia 19, Márcia Góes dia 19. Assina o relatório Edivaldo da Silva Ramos e Maria
700 Auxiliadora Pereira.”. **Item Informes MDS.** O Conselheiro José Crus informa que o primeiro ponto
701 do informe é a respeito do Plano de Ação de 2015, 5.322 Municípios, 95, 12% do total dos
702 Municípios brasileiros, já preencheram o Plano de Ação e o Conselho de Assistência Social aprovou
703 seus respectivos Planos, 189 Municípios que o Gestor preencheu o Plano de Ação e o Conselho
704 está aprovando, analisando este Plano de Ação. E, ainda, 84 Municípios em preenchimento deste
705 instrumento de Gestão, um total de 273 Municípios, ainda, que não conseguiram concluir essa
706 etapa do preenchimento do Plano de Ação de Assistência Social. o Conselheiro na Naelson,
707 inclusive já deu este Informe, no último Pleno, onde a CIT de julho ela deliberou pela prorrogação
708 do prazo preenchimento do Plano de Ação, até o dia 15 para concluir esta etapa, a Coordenação-
709 Geral de Apoio Controle Social e Gestão Descentralizada do Departamento de Gestão do SUAS,
710 realizou uma teleconferência e está orientando sobre o assunto, e está fazendo contatos via
711 telefones e e-mails com os Estados, com os Municípios e com os Conselhos. Além disso, foram
712 realizados contatos pelo Call Center do Ministério e Ofício do Departamento de Gestão do SUAS,
713 aos Gestores e Presidentes destes respectivos Conselhos. Como os senhores sabem os Planos de
714 Ação ele é um dos requisitos mínimos para que os Estados e o Distrito Federal, os municípios
715 recebam o recurso Federal, o cofinanciamento Federal, de acordo com Artigo 30 da Lei Orgânica
716 da Assistência Social e o Artigo 55 da NOB-SUAS de 2012. O Artigo 83 da NOB-SUAS prevê que
717 serão aplicadas medidas administrativas e processos de acompanhamento, quando não forem
718 observadas as normativas do sistema, e que cabe as seguintes medidas administrativas para as
719 transferências relativas ao cofinanciamento Federal de serviços, incentivos, programas e projetos,
720 bloqueio temporário do Cofinanciamento Federal, que permitirá o pagamento retroativo após a
721 regularização dos motivos que deram a causa ou a suspensão. Acrescenta que o outro informe
722 trata-se a respeito do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, em especial a
723 Comissão de Normas tem acompanhado este processo, o cadastro ele foi disponibilizado em abril
724 de 2014, teve o seu preenchimento encerrado no último dia 31 de julho de 2015, juntamente,
725 também aprovado por este Conselho, com incentivo financeiro, via o Programa Aprimora Rede,
726 nesse período o MDS ofereceu todo o apoio necessário, materiais explicativos, que foram
727 disponibilizados no portal do Ministério, nas redes sociais, como manuais, instrumentos para as
728 visitas técnicas, vídeos tutoriais para o auxílio no preenchimento dos cadastros, além de

729 orientações em eventos do SUAS, teleconferência e suporte pelo e-mail da rede privada, e
730 também pela central de atendimento do próprio Ministério. Então o Cadastro Nacional de
731 Entidades de Assistência Social foi encerrado, nessa etapa como a base, é importante, de 18.529
732 cadastros, seja de entidades ou das ofertas das entidades que estão inscritas nos Conselho, em
733 2.588 Municípios, então 46, 5% do total dos Municípios brasileiros, com a presença das entidades
734 e Organizações de Assistência Social, abrangendo todos os Estados e o Distrito Federal, desse total
735 7.202 entidades, com cadastros concluídos, que pode ser entidades ou serviços, programas, que
736 são ofertados por essas entidades, ou seja, 38, 9% do total, desses 18.529 cadastros em processo
737 de preenchimento. 6.050 cadastros incompletos, então 32, 7% dos cadastros foram iniciados e não
738 concluídos neste processo, nessa etapa, e 5.277 não preenchidos, isso significa 28, 5% desse
739 montante, de entidades e serviços e programas ofertados pelas entidades inscritas nos Conselhos.
740 Registra que a respeito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, foi publicado no
741 Diário Oficial da União no dia 22 de Julho de 2015, a Medida Provisória 684, que altera a entrada
742 da vigência da Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias entre
743 administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação para
744 a concepção de finalidade de interesses público, também conhecido como a Lei do Marco
745 Regulatório, então de acordo com alteração proposta pela Medida Provisória, a Lei entrará em
746 vigor em 23 de janeiro de 2016, ou seja, 540 dias após a sua publicação, então foi instituída
747 também uma Comissão Mista no Congresso Nacional para apreciar esta matéria. Informa também
748 que o balanço do processo de regionalização que está em curso em conjunto com os Estados
749 brasileiros, 13 Estados enviaram um Plano de Regionalização para oferta dos CREAS Regionais, são
750 eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí,
751 Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul e Tocantins; 10 Estados enviaram um Plano de Regionalização
752 para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, então são eles, Ceará, Minas
753 Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Sergipe e Tocantins; Oito Estados
754 enviaram um Plano de Regionalização para o Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, são
755 eles, Bahia, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Sergipe e Tocantins. Destaca, a participação
756 do Ministério, Sra. Presidente, da Secretaria Nacional de Assistência Social, a participação em
757 todas as Conferências Municipais das Capitais, em conjunto com o Conselho Nacional de
758 Assistência Social. A Vice-Presidente Marlene informa que, quanto ao preenchimento do plano de
759 ação, foi feito um CNAS informa, propõe como encaminhamento que a Comissão de
760 Acompanhamento aos Conselhos entre em contato por e-mails com esses Municípios. Após
761 intervenções dos Conselheiros o Conselheiro José Crus esclarece que, a complexidade do cadastro
762 das entidades se dá por ser o primeiro, mas suas informações serão importantes, pois serão feitas
763 análises dos cadastros. A Conselheira Telma acrescenta que os serviços de alta complexidade são
764 em maior parte executados pela rede privada, que os Fóruns dos usuários tem ganhado força na
765 luta pela garantia dos direitos, enfatiza a importância do levantamento de dados de apoio e
766 monitoramento com a rede privada, inclusive no campo Municipal, para não chegar no estágio de
767 que suspensão do recurso por falta de cadastro, é preciso entendimento pela própria rede privada
768 e a gestão municipal. **Item Informes da CIT.** O Conselheiro Naelson informa que no dia 6 de
769 agosto, aconteceu a 141ª Reunião da Comissão de Intergestores tripartite, onde a pauta inicial foi

770 a análise da aplicabilidade da Resolução 21/2013, que trata dos procedimentos e
771 responsabilidades para adequação do funcionamento dos CRAS. 2 – Apresentação do mapa de
772 indicadores de segurança alimentar, Informe do CNAS, CONGEMAS, FONSEAS e MDS. Foi
773 repassado o Informe sobre reunião regionalizada do CNAS com os Conselhos de Assistência Social
774 da Região Norte, ocorrida em Palmas-Tocantins, Informes sobre 235ª Reunião Ordinária do CNAS,
775 ocorrida em julho de 2015. E, a pauta da 200ª Reunião do CNAS que está acontecendo. Nos
776 Informes do MDS, algumas coisas chamaram atenção. Além da apresentação da nova Diretora da
777 rede privada, Bárbara Campos, foram os dados do CNEAS, como Conselheiro Zé Crus colocou, 38,
778 9% dos cadastros completos; 32, 7 incompletos; 28, 5 sem preenchimento. Percebe-se que o MDS
779 está preocupado com a situação, o MDS não conseguiu os 100% do cadastro completo das
780 entidades no país. Outro dado é a questão do da Câmara Técnica do GT para o Marco Regulatório,
781 tanto os Municípios, os Estados e a União, o MDS está preocupado com a situação, uma vez que,
782 boa parte dos atendimentos, principalmente, na média e alta complexidade, está nas mãos das
783 entidades. Outra informação, também chamou atenção é que, 101 Municípios estão sem receber
784 o IGD Bolsa Família por algum problema. Outra informação também, que chama nossa atenção é a
785 preocupação do MDS com PRONATEC no tocante aos usuários dos serviços da Assistência Social,
786 sendo contemplados no PRONATEC, nos Cursos de Capacitação. Um dos gargalos discutidos como
787 desafio, é a capacitação das pessoas com deficiência, que o número ficou bem aquém do
788 esperado. **Item Informe FONSEAS.** A Conselheira Célia informa que não há informes, tendo em
789 vista que a reunião do FONSEAS ainda não ocorreu. **Item Informe CONGEMAS.** A Conselheira
790 Maria Lúcia informa que desde quarta-feira à noite o CONGEMAS esteve reunido, com a pauta
791 para discutir a celebração, a comemoração dos 10 Anos do SUAS, no período da tarde aconteceu a
792 Assembleia do CONGEMAS, com a presença de cerca de 170 Gestores Municipais, e a pauta era o
793 valor da anuidade, as alterações do Estatuto. A primeira Regional será no Centro-Oeste, em
794 Campo Grande, para novembro. Pondera sobre a necessidade ter uma agenda com a Secretária
795 leda, principalmente, porque o convênio com o MDS é anual, tem a prestação de contas e pode
796 ser utilizado até um período, senão ocorre a devolução. **Item informe Conselheiros.** A Conselheira
797 Solange informa sobre a preocupação quanto ao número de Municípios que até então não
798 prestaram contas da sua execução, se o prazo fosse no dia 31 de julho, como estava previsto,
799 seriam 980 Municípios sem apresentar a prestação de contas, da utilização dos recursos do IGD-
800 PBF. O Conselheiro Anderson demonstra sua decepção com a Conferência de Manaus, fazem seis
801 meses que o Conselho de Manaus não recebe o IGD, os 3% do IGD, informa que foi destrutado
802 durante a Conferência de Manaus, pela Vice-Presidente do Conselho de Manaus. Acrescenta que a
803 palestra Magna aconteceu as 22:00, em um momento bastante cansativo, para poucas pessoas.
804 Informa que no dia 19 de agosto, o Movimento Nacional da População de Rua, completa 10 anos,
805 que acontecerá atos pelo Brasil, Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do
806 Norte, Ceará, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Informa por fim que de 1 a 4 de
807 setembro, São Paulo vai realizar o 1º Festival da População de Rua Estadual. A Conselheira Célia
808 informa que o Conselho Municipal de Palmas não possui na sociedade civil a representação de
809 usuários, todavia foi deliberado, quando na reestruturação do Conselho, para ser colocado,
810 imediatamente, a representação dos usuários. A Vice-Presidente Marlene entende que o Conselho

811 deve se manifestar quanto ao ocorrido com o Conselheiro Anderson em Manaus, tendo em vista
812 que este estava representando o Conselho Nacional naquele momento. O Conselheiro Samuel
813 informa que no dia 19 de agosto, em Minas Gerais, o Governo Estadual vai está assinando o
814 Decreto que cria o Comitê que vai acompanhar e monitorar a Política Estadual para a população
815 de rua no Estado de Minas. A Conselheira Aldenora informa que esteve representando o CNAS na
816 Conferência de João Pessoa, o Plenário estava totalmente lotado, infelizmente, se desfez logo
817 após as quatro apresentações culturais que foram realizadas, na verdade, estavam lá quatro
818 grupos de usuários de diversos serviços, que foram apenas para se apresentar e não para
819 participar da Conferência. Destaca o Regimento, pois foi necessário intervir, porque na proposta,
820 seriam 20 vagas para a Conferência Estadual, 10 da sociedade civil e 10 governamental, e dentre
821 as 10 da sociedade civil tinha um fato interessante que, inclusive passou na Plenária, que era a
822 composição de uma vaga para Conselheiro nato, quatro vagas para usuários, quatro para
823 entidades e uma para trabalhador. O Conselheiro Thiago informa que, aconteceu no Supremo
824 Tribunal Federal no dia 4 de agosto, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade com base na Lei
825 Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Registra a organização da Conferência de Aracaju
826 com relação à acessibilidade. A Conselheira Patrícia informa sua avaliação sobre a Conferência de
827 Fortaleza foi uma boa Conferência. Tiveram presentes em torno de 340 pessoas, uma grande
828 Conferência, bem participativa entre os Delegados e Delegadas, a maioria presentes eram
829 usuários, conclui que foi um momento muito oportuno de discussão e propostas. O Conselheiro
830 Naelson informa que a Rede Brasileira de Cooperação e Desenvolvimento, entidade que
831 representa no CNAS, selecionou 13 Municípios de Pequeno Porte I e II, para estar presente
832 contribuindo nas Conferências. Foram realizados 12, elogia em especial, o SES do Rio Grande do
833 Norte, o Conselho Municipal de Assistência Social e a gestão do Município de Vila Flor, também,
834 no Rio Grande do Norte. Um Município de Pequeno Porte com 3.000 habitantes, onde presenciou
835 uma forte presença dos usuários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo do Bolsa
836 Família, participação de idosos, jovens, discutindo a Política de Assistência Social. O Presidente
837 Edivaldo esclarece que a secretaria executiva orienta os Conselhos para convidar os conselheiros
838 nacionais para compor a mesa de abertura, sugere que seja demonstrada a importância nessa
839 orientação, tendo em vista ser o Conselho nacional precursor do evento. A Presidente do Conselho
840 de São Paulo questiona sobre os ofícios que alguns Municípios receberam do CNAS para que
841 enviem o relatório de suas conferências, indaga porque o Conselho Estadual não foi comunicado
842 dessa solicitação, se seria apenas para os Municípios do estado de São Paulo ou para o Brasil
843 inteiro, e terceiro, gostaria de entender qual seria o papel da Conferência do Conselho Estadual e
844 do Conselho Nacional com relação ao uso. O Presidente Edivaldo esclarece que os relatórios
845 formam um banco de dados importantes, são solicitados de todos os Municípios e o e-mail
846 enviado vai com cópia para o Conselho Estadual. O Conselheiro José Crus esclarece que o relato
847 dos municípios ajudará no diagnóstico para pensar o “SUAS que temos e SUAS que queremos”,
848 pois será um instrumento importante. **Item Informe da Presidência Ampliada.** A Vice-Presidente
849 Marlene realiza a leitura da memória da Presidência Ampliada: *“Participantes da Presidência*
850 *Ampliada, Edvaldo da Silva Ramos, Marlene Azevedo, Anderson Miranda, Alceu Kuhn.*
851 *Representando como Coordenadora-Adjunta da Comissão de Normas, Telma Maranhão, Solange*

852 *Teixeira. Secretaria Executiva, Maria Auxiliadora Pereira, Silvani Souza, Thaís Braga e Maria do*
853 *Socorro Cruz. Item 1 – Informe sobre as reuniões das Comissões Temáticas do CNAS. Os(as)*
854 *Coordenadores e Coordenadoras informaram os principais pontos de pauta discutidos nas quatro*
855 *Comissões Temáticas. 1.1 – Demanda retirada da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos.*
856 *Proposta de que os integrantes da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, presentes na*
857 *Reunião Conjunta de Gestão e Controle Social do SUAS, com base nos dados do Censo/SUAS de*
858 *2014, se reúnam com representante do CEAS que apresentaram algumas fragilidades.*
859 *Encaminhamentos – A Presidência Ampliada apóia a realização das referidas reuniões. Item 1.2 –*
860 *Demandas retiradas da Comissão de Política. Proposta de criação de um GT com a finalidade de*
861 *elaborar um plano de trabalho CNAS, sendo dois membros da Comissão de Política de Assistência*
862 *Social e dois membros da Comissão de Políticas Públicas do CONANDA. Encaminhamento – A*
863 *Presidência Ampliada sugere que no relato da Comissão de Política, sejam definidos nomes dos*
864 *dois representantes do CNAS para compor o GT e enviar Ofício ao Presidente do CONANDA*
865 *solicitando a indicação de seus dois representantes. Item 2 – Conferência de Assistência Social. 2.1*
866 *– Informe sobre as Conferências Municipais de Assistência Social das Capitais. Cuiabá,*
867 *representante CNAS, o Presidente Edivaldo; Florianópolis o Anderson; Porto Alegre, Edvaldo; Boa*
868 *Vista, Cláudia Faquinote; São Luiz, Anderson; Maceió, Léa; Vitória, Solange; Rio de Janeiro,*
869 *Marlene e Margareth; Recife, Léa; Natal; Solange e Cadó; Porto Velho, Leovane; Manaus,*
870 *Anderson; Goiânia, Marlene; Palmas, Célia; Aracaju, Thiago; Salvador, Clátia; Fortaleza, Patrícia;*
871 *Belém, Edivaldo; João Pessoa, Aldenora; Campo Grande, Leovane e Naelson; Macapá, Alceu Kuhn;*
872 *Teresina, Samuel; Rio Branco, Anderson; Belo Horizonte, nos dias 21 e 22, Presidente Edivaldo e*
873 *Samuel; Curitiba, 16 e 17 de setembro, Solange Teixeira, tem uma observação aqui que, a Solange*
874 *como vai participar de uma reunião anterior pela SENARC anterior a Conferência, ela está indo*
875 *pelo SENARC, uma passagem da SENARC, representando posteriormente, esse Conselho. São*
876 *Paulo, de 14 a 17 de setembro, Célia que vai representante do CNAS, mais os Conselheiros que*
877 *moram na Capital, Tiago, Dulcinéia e Anderson. 2.1 – Conferências Estaduais e do Distrito Federal*
878 *de Assistência Social. Só antes de iniciar a leitura, colocar que o critério foi utilizado de Presidente,*
879 *Vice-Presidente, os Coordenadores de Comissão e a Comissão organizadora. Conferência de*
880 *Sergipe, 22 e 23 de setembro, está aí, Telma ou Solange da Presidência Ampliada, Telma vai checar*
881 *uma questão de agenda. Paraíba, 28 a 30, Conselheiro Alceu Kuhn; Tocantins, 29 e 30, Solange;*
882 *Santa Catarina, 30 de setembro a 2 de outubro, Anderson; Amapá, 30 de setembro a 2 de outubro,*
883 *Cláudia Regina e Aldenora como moradora lá da Capital; Mato Grosso do Sul, Samuel; Acre, Alceu*
884 *Kuhn; Rio de Janeiro, Presidente Edivaldo, com uma observação de que tem uma pré-agenda da*
885 *Ministra, de participação da Ministra; Pará, Aldenora ou Telma, aqui também, é uma questão de*
886 *agenda. Conferência de São Paulo, 6 a 8 de outubro, representação do CNAS é o Edivaldo também,*
887 *com a observação de pré-agenda da Ministra. Conferência do Espírito Santo, Leovane; Conferência*
888 *de Goiás. Leovane, desculpe de 6 a 8 de outubro, Conferência de Goiás, de 6 a 8 de outubro, Alceu*
889 *Kuhn; Rio Grande do Norte de 7 e 8 de outubro, Anderson; Ceará 7, 8 e 9 de outubro, Solange;*
890 *Roraima de 7 a 9 de outubro, Aldenora; Paraná, de 7 a 9 de outubro, Célia; Mato Grosso de 7 a 9*
891 *de outubro, Jucileide; Alagoas, de 8 a 9 de outubro, Léa Braga; Distrito Federal, de 13 a 16 de*
892 *outubro, Edivaldo ou Célia, aqui é uma questão de agenda também; Piauí, de 14 a 16 de outubro,*

893 *Cláudia Faquinote; Rondônia, 14 a 16 de outubro, Edivaldo; Maranhão, 14 a 16 de outubro,*
894 *Solange Teixeira, também eu deixei de mencionar aí, que no Paraná, há previsão de participação*
895 *da Ministra, no Distrito Federal também, no Maranhão também; Amazonas, Anderson;*
896 *Pernambuco, Anderson; Minas Gerais, Edivaldo. Pernambuco há pré-agenda da participação da*
897 *Ministra e Minas Gerais também. Bahia. De 3 a 6 de novembro Solange; e Rio Grande do Sul, de 4*
898 *a 6 de novembro, Edivaldo, também, com pré-agenda da participação da Ministra. Item 3 –*
899 *Demandas recebidas pelo CNAS nas Conferências de Assistência Social. 3.1 – O Secretário de*
900 *Assistência Social de Vitória-Espírito Santo, questiona o Conselho Nacional de Assistência Social se*
901 *a Resolução CNS 15/2014 que orienta os Conselhos de Assistência Social quanto a sua organização*
902 *e ao seu funcionamento como instância de participação e controle social do programa Bolsa*
903 *Família, ainda vigora tendo em vista que, embora ele defina os Conselhos de Assistência Social,*
904 *como instâncias do PBF, em Vitória essa instância é de responsabilidade do Conselho Municipal de*
905 *Segurança Alimentar e Nutricional, que não acata e não considera a Resolução do CNAS. Nesse*
906 *sentido, o Secretário solicita um posicionamento do CNAS, com relação ao referido assunto. O*
907 *assunto também, foi recebido na Coordenação de Conselhos do CNAS. Encaminhamento – A*
908 *Conselheira Solange Teixeira informa que, durante a Conferência Municipal de Assistência Social*
909 *de Vitória, fez os esclarecimentos necessários, entretanto, cabe ao CNAS reafirmar a importância*
910 *do PBF. Diante disso, o CNAS enviará ofício ao Secretário de Assistência Social de Vitória-Espírito*
911 *Santo e anexará a Resolução nº 15/2014, comentada. 3.2 – Moção de repúdio aprovada na X*
912 *Conferência Municipal de Assistência Social de Natal. Os Delegados da Conferência Municipal de*
913 *Natal, ocorrida nos dias 30 e 31 de julho, solicitam ao CNAS abertura de debate para questionar a*
914 *paridade bipartite de 50% de representação governamental e 50 para a sociedade civil, vista que,*
915 *na realidade, a sociedade civil tem que dividir em três segmentos e, a representação*
916 *governamental não faz. Ressalta que esse modelo já não atende e não proporciona a paridade.*
917 *Outro ponto está no quantitativo que se dispõe o quadro de Delegados. É necessário ampliar as*
918 *vagas para participação nas Conferências, principalmente, para a Nacional, sugere-se adotar o*
919 *modelo do Conselho de Saúde que respeita a proporcionalidade da população do Município.*
920 *Encaminhamento – Enviar resposta ao Conselho Municipal de Assistência Social, ressaltando que o*
921 *princípio da paridade consta na Lei Orgânica da Assistência Social no Artigo 5º que trata da*
922 *organização da Assistência Social, no Artigo 16 que trata da composição do Conselho dentre outros*
923 *Artigos da Lei. 3.3 – Dossiê sobre violação de direitos humanos cometidos contra a população em*
924 *situação de rua, no âmbito da unidade de acolhimento institucional, para população em situação*
925 *de rua, de Natal-Rio Grande do Norte. Documento enviado pela Coordenação do Movimento*
926 *Nacional da População em Situação de Rua, Núcleo Rio Grande do Norte, com base no depoimento*
927 *de usuários do albergue de Natal. Dentre as práticas violadoras, citam-se, punições arbitrárias e*
928 *ausência de direitos de defesa, represália aos usuários que buscam seus direitos por parte da*
929 *coordenação do serviço, suspensão por motivos inaceitáveis, exigências indevidas, tais como,*
930 *exame de HIV, declaração de acompanhamento psicológico, dentre outros, práticas de*
931 *interrogatórios vexatórios e humilhantes, desrespeito as questões de gênero e diversidade sexual,*
932 *falta de acolhimento e omissão de socorro a pessoas com sofrimento psíquico e outros.*
933 *Encaminhamentos – Enviar ofício solicitando manifestação do Conselho Municipal de Assistência*

934 Social e da Secretaria Municipal de Assistência Social de Natal. Enviar um dossiê para o GT Direito
935 Humano a Moradia Adequada da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e ao Comitê POP Rua,
936 para conhecimento e providências cabíveis. O Conselheiro Anderson visitará o local durante a
937 Conferência Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Norte e trará o informe ao CNAS sobre
938 a situação. Item 4 – Informes, 4.1 – A Coordenação Executiva do Fórum Nacional dos
939 Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS, por meio do ofício 46/2015, agradece a colaboração do
940 CNAS na realização do III Seminário Nacional do FNT/SUAS, ocorrido nos dias 25 e 26 de julho em
941 Curitiba, que teve como tema, Trabalhadores e Trabalhadoras do o SUAS em cargos de Nível
942 Fundamental e Médio, Perspectivas de Atuação e Valorização do Trabalho. Ressalta que a
943 realização desse evento, foi importante para o amadurecimento de nossa organização, enquanto,
944 trabalhadores da Política de Assistência Social e, a certeza de que sem a colaboração das
945 entidades, organizações parceiras, não teriam conseguido êxito neste intento.” O Conselheiro
946 Thiago continua a leitura: “4.2 – O Conselho Municipal de Assistência Social de Palmas-Tocantins,
947 agradece ao CNAS pela liberação da Conselheira Célia Maria de Souza Lima, para participação e
948 realização da Palestra Magna na VIII Conferência Municipal de Assistência Social com o tema,
949 Consolidar o SUAS de Vez Rumo a 2026, realizadas nos dias 5 e 6 de Agosto de 2015, na Cidade de
950 Palmas-Tocantins. Ressalta que o evento contou nos dois dias, com a participação de 315
951 participantes credenciados, com 102 Delegados e Delegadas, sendo 11 representantes
952 governamental, e 91 representantes da sociedade civil organizada, assim distribuídos, usuários do
953 SUAS 29, entidades de Assistência Social 28, e trabalhadores do SUAS 34. Desses, escolhidos e
954 votados, oito Delegados para participarem da X Conferência Estadual de Assistência Social do
955 Estado do Tocantins a realizar-se nos dias 28 e 29 de setembro de 2015. 4.3 – Denúncia
956 formalizada na Ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome que versa
957 sobre suposta irregularidade na atuação do Conselho Municipal de Assistência Social de Louveira-
958 São Paulo. Foi apreciada na reunião do CNAS, de março de 2015, o CNAS expediu ofício ao
959 Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo e a gestão Municipal para conhecimento e
960 Providência do CNAS, conforme deliberado na Plenária. Em resposta a denúncia, a Secretária
961 Municipal de Assistência Social em Louveira-São Paulo, envie o documento ao CNAS, por meio do
962 ofício 126/2015, de 6/4/2015 e o Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo, expediu
963 ofício CONSEAS/São Paulo, 287/2015 de 5/8/2015 informando que notificou o CNAS/Louveira e
964 que continuará acompanhando aquele Conselho. Cópias do expediente foram enviadas a Ouvidoria
965 do MDS para conhecimento. 4.4 – Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Benefícios de
966 Transferência de Renda, 12/8/2015 de 16h às 18h. Essa Comissão tem previsão regimentalmente,
967 de realizações de reuniões a cada três meses. Considerando que havia um convidado externo e a
968 Comissão está passando por um momento de transição em função do sua composição, a Secretaria
969 Executiva procedeu a consulta prévia para a verificação de quórum, e o resultado é de que não
970 houve quórum. Dos seis componentes, três confirmaram presença, Margareth, Léa e Leovane, e
971 três justificaram a ausência, Juliana, Alceu e Fátima. Os Conselheiros foram comunicados do
972 resultado da consulta. 4.5 – Recebimento do ofício 439/2015 da Secretaria de Direitos Humanos da
973 Presidência da República, encaminhando três relatórios circunstanciados do mecanismo nacional
974 de prevenção e combate a tortura, com as recomendações e observações relativas às visitas nas

975 unidades, realizadas em julho de 2015. I – Centro de Recuperação Leão de Judá, Planaltina-Distrito
976 Federal; II – Penitenciária feminina do Distrito Federal; III – Unidade de internação de Planaltina-
977 Distrito Federal. As recomendações se referem a garantia dos Direitos Humanos, questões
978 administrativas, recursos humanos e procedimentos judiciais, entre outros. Não há recomendações
979 específicas, dirigidas ao CNAS. 4.6 – 1º Festival da população de rua, do Estado de São Paulo, de 1
980 a 4 de setembro de 2015. 4.7 – Informe sobre substituições de Conselheiros do CNAS. 4.7.1 – No dia
981 11 de agosto de 2015, recebendo a indicação da Sra. Isabel de Souza Costa, para compor o
982 Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, na qualidade de membro suplente do Governo,
983 representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em substituição a
984 Conselheira Margarida Munguba Cardoso. A Secretária Executiva do CNAS, enviou pedido de
985 substituição a SNAS para as providências cabíveis para a nomeação. 4.7.2 – Aguardamos
986 publicação da substituição do Conselheiro Fábio Meirelles, MEC, pelo futuro Conselheiro Antônio
987 Lídio; 4.7.3 – Aguardamos indicação da substituição do Conselheiro Juliano MDS, para as
988 providências cabíveis quanto à nomeação do substituto. 5 – Pauta da 237ª Reunião Ordinária do
989 CNAS, anexo A. Anexo A, proposta de pauta da 237ª Reunião Ordinária do CNAS, setembro de
990 2015. 14 e 15 de setembro de 2015 das 09h às 18h, reunião da Comissão Organizadora da X
991 Conferência Nacional de Assistência Social. 16 de setembro de 2015, Comissões Temáticas, 09h às
992 16h, reunião da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos de Assistência Social, reunião de
993 Comissão de Política de Assistência Social, reunião de Comissão de Financiamento e Orçamento da
994 Assistência Social, reunião de Comissão de Normas da Assistência Social. 16h às 19h, reunião da
995 Presidência Ampliada, reunião do GT dos usuários. 17 de setembro de 2015, Plenária, 09h às
996 10h30, aprovação da Ata da 236ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 237ª Reunião
997 Ordinária, 10h30 a 12h, informe da Presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS,
998 CONGEMAS e Conselheiros. 14h às 18h, relato da Comissão Organizadora da X Conferência
999 Nacional de Assistência Social, painel da relatoria. 18 de Setembro de 2015, Plenária 09h às 10h30,
1000 relato da Presidência Ampliada; 10h30 às 12h, relato da Comissão de Financiamento Orçamento
1001 da Assistência Social; 14h às 15h30, relato da Comissão de Normas de Assistência Social; 15h30 às
1002 17h relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; 17h às 18h30,
1003 relato da Comissão de Política de Assistência Social.”. O Conselheiro José Crus sugere retirar a pré
1004 agenda da Ministra, que seja excluída da memória. O Presidente Eivaldo acata a sugestão do
1005 Conselheiro José Crus. O Conselheiro José Crus pondera que o Conselho nacional deve apoiar os
1006 conselhos e não fiscalizar, o conselho estadual realizará essa orientação aos Municípios não o
1007 Conselho Nacional. A Conselheira Telma entende que não há problema que o Conselheiro
1008 Anderson visite os equipamentos em Natal, pois há denúncias desde o ano de 2012, todavia,
1009 entende que deve ser determinado como será feito esse acompanhamento, o procedimento e
1010 forma, o pacto federativo não inviabiliza o acompanhamento do Conselheiro nacional conheça o
1011 funcionamento. O Conselheiro Anderson informa que fará o acompanhamento em Natal
1012 representando o movimento de rua. A Conselheira Telma entende que há necessidade de
1013 aprofundar o conceito sobre o papel político dos Conselheiros. O Presidente Eivaldo considera
1014 que a matéria já foi discutida na presidência ampliada, e concorda em retirar da memória a forma
1015 como encaminhamento foi posto, em relação a ida do Conselheiro Anderson à cidade de Natal. O

1016 Conselheiro José Crus destaca a falta de paridade na conferência de palmas. O Presidente Eivaldo
1017 sugere que a reunião do Grupo de Trabalho continue pautada. O Conselheiro Anderson concorda
1018 em manter a reunião do GT para setembro, e que a Presidência ampliada comece com meia hora
1019 mais tarde. Posteriormente realiza leitura da carta de congratulação: *“Carta de congratulações*
1020 *pelos 10 anos da existência do Movimento Nacional da População de Rua. Ao Movimento Nacional*
1021 *de População de Rua. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em reunião Plenária*
1022 *realizada no dia 14 de agosto, durante 236ª Reunião Ordinária, decidiu por encaminhar a presente*
1023 *carta para cumprimentar o Movimento Nacional de População de Rua, MNPR, pelos 10 anos de*
1024 *criação e relevante trabalho em defesa dos direitos da população em situação de rua. 19 de*
1025 *agosto, além de marcar o aniversário do MNPR ficou conhecido também como Dia Nacional de*
1026 *Luta da População de Rua, data de uma das tantas tragédias brasileiras cometida contra esse*
1027 *segmento, o Massacre da Praça da Sé, no Centro de São Paulo em 2004, lembrada com muito*
1028 *pesar, em consequência da luta em que o movimento vem executando em defesa dessa população,*
1029 *em conjunto com outras organizações na sociedade civil, bem como órgãos Estaduais, Municipais e*
1030 *federais, destacamos conquistas emblemáticas, como a aprovação da Política Nacional para a*
1031 *População em Situação de Rua, por meio do Decreto 7.053/2009, instituído em decorrência das*
1032 *disposições das Leis Orgânicas de Assistência Social, LOAS, Lei 8.742/93, além da implantação do*
1033 *Centro Nacional de Defesa dos Direitos da População de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis,*
1034 *prevendo a participação da referida população no Comitê Intersetorial da Comissão de*
1035 *Acompanhamento e Monitoramento de Políticas Nacional da População de Rua, em Situação de*
1036 *Rua e representação de vários Conselhos de direitos. Congratulamos este Movimento pela*
1037 *conquista e objetivos a serem alcançados nas próximas décadas para a formação de uma cultura*
1038 *de respeito, ética, garantindo direitos da população em situação de rua. Brasília, 14 de agosto de*
1039 *2015. Atenciosamente, Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS.”. **ENCERRAMENTO.** O*
1040 Presidente encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para retornarem às 14:15h.
1041 **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Secretária-Executiva a conferência do
1042 quórum: Conselheiros Titulares presentes. Telma Maranhão Gomes, Léa Lúcio Cecílio Braga, José
1043 Pereira da Cruz, Célia Maria de Souza Melo Lima, Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim,
1044 Raimunda Nonata Cadó, Cláudia Laureth Faquinote, Alceu Kuhn, Anderson Lopes Miranda,
1045 Eivaldo da Silva Ramos, Patrícia Alves Vieira. Conselheira no exercício da titularidade: Dulcinéia
1046 Reginato Francisco. Conselheiro Suplentes presentes: Thiago Ferreira Cabral, Naelson da Silva
1047 Ferreira, Eufrásia Agizzio, Margareth Alves Dallaruvera, Jucileide Ferreira do Nascimento.**Item**
1048 **Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.**A Conselheira Telma
1049 apresenta o Relato da reunião, *“ número 6 de 2015. Na data de 12/08, e horário das 09h00 às*
1050 *16h00. Conselheiros presentes, Telma Maranhão Gomes, Maira Leilane Oliveira Almeida, Samuel*
1051 *Rodrigues, Naelson da Silva Ferreira. Convidados Hugo Nunes, Assessor do Departamento de*
1052 *Gestão do Sistema Único de Assistência Social DGSUAS\SNAS\MDS. Alan Camello, assessor e*
1053 *Diretor Executivo substituto da Diretora Executiva do Fundo Nacional da Assistência Social,*
1054 *SNAS\MDS, e Secretária- Executiva do CNAS Bechara Miranda, a Suzane Gonçalves e a Thalita*
1055 *Eleto. O primeiro ponto, Análise do Relatório da Execução da Ação 8249, funcionamento dos*
1056 *Conselhos, exercício 2015, primeiro semestre. Convidado Secretária-Executiva do CNAS, a*

1057 *Secretária-Executiva Substituta do Conselho Nacional da Assistência Social, Maria Auxiliadora*
1058 *Pereira, apresentou o relatório da execução orçamentária e financeira do primeiro semestre, do*
1059 *exercício 2015, da Ação 8249, funcionamento dos Conselhos. Na ocasião foi esclarecido que o*
1060 *referido relatório do contempla as realizações desse Conselho Nacional, compreendidas no*
1061 *primeiro semestre de 2015 no que tange as ações executadas, no entanto, quanto à execução*
1062 *orçamentária financeira, foi considerada como base a posição do CEAf de 06/08/2015. 1.1 Do*
1063 *orçamento aprovado, a Lei 13115 de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual, aprovou para*
1064 *Ação 8249, funcionamento dos Conselhos da Assistência Social, o orçamento solicitado de R\$*
1065 *9.011.483, 00. 1.2 Das reuniões e realizações: Para cumprir a sua função institucional e controle*
1066 *social no primeiro semestre de 2015, o CNAS entre outros realizou: A – Seis reuniões ordinárias,*
1067 *incluindo as reuniões mensais das quatro comissões permanentes, Comissão de acompanhamento*
1068 *dos Conselhos da Assistência Social, Comissão de financiamento e orçamento da Assistência Social,*
1069 *Comissão do Normas e Comissão de política, duas reuniões da Comissão de acompanhamento de*
1070 *benefício e transferência de renda, uma reunião descentralizada e ampliada em Brasília, Distrito*
1071 *Federal, no mês de abril de 2015, duas reuniões da Comissão de monitoramento das deliberações*
1072 *da 9ª Conferência Nacional de Assistência Social, uma reunião do grupo de trabalho,*
1073 *representação e representatividade dos trabalhadores do SUAS, uma reunião do grupo de trabalho*
1074 *dos usuários da Assistência Social, seis reuniões da Comissão organizadora e quatro reuniões*
1075 *regionais, e Belo Horizonte em abril, São Luiz, maio, Campo Grande em Junho e Palmas, julho. B-*
1076 *Aprovação de dez resoluções, resoluções número um a dez de 2015, publicadas no Diário Oficial da*
1077 *União, DOU e publicizadas no sítio eletrônico do CNAS, destacando entre elas a Resolução número*
1078 *4/2015, que dispõe sobre a realização das Conferências de Assistência Social 2015, a Resolução*
1079 *número 10, que aprova a proposta orçamentária da Assistência Social em exercício 2016. 1.3 Das*
1080 *diárias e passagens, o Plano Interno PI, referente a diárias e deslocamentos, considerando os*
1081 *valores empenhados e os devidamente pagos, teve como execução de 26, 16%, na mesma*
1082 *condição de empenho, pagamento, o Plano Interno PI, referente a passagens aéreas, teve a*
1083 *execução de 24, 38% considerando o limite financeiro disponibilizado. 1.4 Dos contratos e*
1084 *aquisições. A execução dos Planos Internos, PI, serviço de libras e taquigrafia se dá em*
1085 *conformidade com a necessidade de utilização do serviço, dentro do prazo de vigência do contrato*
1086 *das empresas licitadas com CNAS. 1.5. Demais PI's. Os Planos Internos PI's, apoio e espaço*
1087 *democrático de participação, impressão e encadernação de material institucional, e manutenção e*
1088 *fortalecimento dos Conselhos Municipais, Estaduais e do DF, são destinados a apoiar as ações do*
1089 *CNAS, a exemplo das reuniões semestrais descentralizadas e ampliadas, publicações e materiais de*
1090 *consumo, como bloco de anotações, bolsa, adesivos e outros. 1.6 Análise: A execução apresentada*
1091 *com percentual de 14, 2 devidamente pago decorrido do exercício do primeiro semestre de 2015,*
1092 *ocorreu dentro do padrão da normalidade. 1.7 Execução da Ação 8249, primeiro semestre de 2015.*
1093 *Assim a execução do CNES, em 2015, teve a seguinte dinâmica, a dotação inicial, R\$ 9.011.483, 00,*
1094 *empenhados R\$ 1.263.879, 00, a liquidar, R\$ 516.352, pagos R\$ 742.487. 1.8 Detalhamento da*
1095 *PLOA 8249 CNAS/SNAS. Foi apresentado pelo Coordenador Técnico Bechara Miranda, da*
1096 *Secretaria-Executiva do CNAS, o detalhamento da Ação 8249, funcionamento dos Conselhos da*
1097 *Assistência Social, tanto a proposta elaborada no âmbito do CNAS, como também a proposta final*

1098 da SNAS, já aprovada por meio de Resolução número 10/2015, onde consta o contingenciamento
1099 de R\$ 2.011.483, 00, desta forma também foi apresentado o comparativo de dotação empenhado
1100 e liquidação dos exercícios 2013 a 2015, com vistas a garantir a esse CNAS que o
1101 contingenciamento da ação para exercício 2016, não afeta a realizações do controle social, assim
1102 como, permite uma folga orçamentária para possíveis planejamentos. Detalhamento da PLOA
1103 8249, CNAS/SNAS. Diárias, proposta, R\$ 942.881, 65, proposta da SNAS, R\$1.076.737, 00.
1104 Passagem proposta CNAS, R\$ 2.395.300, 00, proposta CNAS, dois milhões, R\$ 2.395.300, 00, o
1105 mesmo valor, adicional de embarque e desembarque, R\$ 183.855, proposta SNAS, nenhuma
1106 proposta, zero. Ah, vai junto com as diárias. Está certo. Taquigrafia R\$ 731.109, o mesmo valor
1107 também proposto pelo SNAS. Libras, 80.100, também a mesma proposta SNAS. Impressão e
1108 encadernação do material 221.000, mesma valor também proposta do SNAS, consultoria técnicas
1109 408.900, o mesmo valor também do SNAS, manutenção e fortalecimento dos Conselhos 927.489, o
1110 mesmo valor também do SNAS, equipamentos e material permanente 200.000, mesmo valor
1111 também pelo SNAS, apoio e espaço democrático de participação 2.970.848, 35 e a proposta do
1112 SNAS 959, 365, 10ª Conferência Nacional da Assistência Social, é que daqui, eu não sei se está
1113 certo, não tem Conferência e outros eventos também, o total então da proposta CNAS, 9.100.483 e
1114 proposta do SNAS é de 7.000.000. Exercício 2013, Dotação 9100.483, Empenhado 4.983.157, o
1115 valor ali é de 2224.875 relativo a 2013, e o resto a pagar em janeiro que foi mais de 1907.234, 59,
1116 que vai totalizar então, um valor aqui de 2013, de 4.132.109, 59. Que teve um acréscimo então de
1117 1907.000, Que foi resta a pagar porque foi ano de Conferência. Então a dotação e o que foi
1118 liquidado, da dotação, de 31, 78, na verdade, passa a 59%. Dotação 2014, 7.621.239, empenhados
1119 6.354.520, liquidado 3.640.047. 2015, 9.011.483 e empenhado 1.263.840 e liquidado 747.488. E
1120 relativo a 2016, nós temos uma Dotação de 7.000.000, Encaminhamento: A Comissão sugere a
1121 Plenária, aprovar o Relatório da Execução 4249, funcionamento dos Conselhos, exercício 2015,
1122 primeiro semestre. Segundo ponto, apresentação dos dados do Censo SUAS 2014, referente ao
1123 cofinanciamento dos Estados. Convidados SNAS. O Assessor da SNAS Hugo Nunes, apresentou os
1124 dados do Censo SUAS 2014, referente ao cofinanciamento do Estados, os mesmos foram base para
1125 os debates da Comissão, esse momento também, contou com a contribuição do Sr. Alan Camello,
1126 Assessor e Diretor Executivo substituto, da Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Assistência
1127 Social. Foram listados os seguintes encaminhamentos: A Comissão sugere a Plenária, proposta de
1128 inclusão do Censo SUAS 2015, gestão municipal, inserir a pergunta sobre se o repasse do Fundo
1129 Estadual ou Convênio Estadual está vinculado ou não a Certidão Negativa de Débitos. Retificação
1130 dos últimos gráficos que foram apresentados porque utilizando do número total dos Municípios
1131 por Estado, e não o número de Municípios cofinanciados, referente à apresentação dos dados do
1132 Censo 2014. Vinculação das resoluções pertinentes ao cofinanciamento estadual, conforme
1133 levantamento realizado pelo SIOF em agosto de 2014. terceiro ponto, apresentação do processo de
1134 debate, aprovação de cada Conselho Estadual de Assistência Social e CAS/DF sobre a proposta
1135 orçamentária para a Política de Assistência Social PLOA 2016. Convidados, Secretaria-Executiva do
1136 CNAS. O Coordenador Técnico Bechara Miranda, da Secretaria-Executiva do CNAS, apresentou os
1137 dados referentes ao levantamento realizado pela Secretaria-Executiva acerca do processo de
1138 debate e aprovação de cada CEAS e CAS/DF de PLOA 2016. Informou que os contatos com os CEAS

1139 foram realizados via telefone nos dias 06 e 07/08, onde inicialmente sete Estados responderam
1140 dando elementos necessários para dar continuidade da demanda no âmbito da Comissão.
1141 Encaminhamentos: A comissão sugere a Plenária, encaminhar ofícios aos CEAS dia 17/08 com
1142 resposta até dia 11/09 referente ao processo orçamentário 2016. Ponto quatro: Revisão do Plano
1143 de Ação da Comissão. A Comissão analisou o Plano de Ação, reavaliaram suas metas, estratégias,
1144 operacionalização e prazos, adequando assim às etapas futuras a serem priorizadas pela
1145 Comissão. Encaminhamentos: A Comissão sugere a Plenária encaminhar o Plano de Ação para
1146 Conselheiros da Comissão após adequação. Acrescentar no Plano de Ação, o impacto financeiro
1147 relacionado ao processo de certificação de entidades. Ponto cinco: Definição da pauta da reunião
1148 de setembro. 5.1: Continuidade de análise dos dados referentes ao cofinanciamento estadual.
1149 Convidado: Fundo Nacional de Assistência Social.". Aprovado o Relato da Comissão de
1150 Financiamento e Orçamento da Assistência Social.**Item Relato da Comissão de Acompanhamento**
1151 **aos Conselhos da Assistência Social.**A Conselheira Solange realiza a leitura do Relato: "Comissão
1152 de acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Reunião 007/2015. Data 12/08/2015,
1153 horário de 09h00 as 14h30. Local Esplanada dos Ministérios, Anexo Bloco F, Ala sala 119,
1154 Conselheiros presentes, Solange Teixeira Coordenadora, Maria Lúcia Marquim, Coordenadora
1155 Adjunta, Evandro Gregório, Kátia Vieira, Raimunda Cadó, Marlene Azevedo. Secretária Executiva
1156 do CNAS, Celda Chaves, Lilia Guedes, e Josué Santos a quem eu presto os meus agradecimentos
1157 pela colaboração prestada, aos três. Item um: Análise das informações do CEAS quando ao Plano
1158 de Ação da Comissão de acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social, foram
1159 apreciadas as informações trazidas do Censo SUAS 2014 dos CEAS e a situação específica de cada
1160 CEAS... Faço só uma ressalva aqui, que nós fizemos um consolidado de toda a situação presente do
1161 questionários do Censo SUAS 2014, módulo Conselhos Estaduais e fizemos o ranqueamento,
1162 elencamos algumas situações que realmente merecem uma atenção. Encaminhamento: Destacar e
1163 priorizar os CEAS que apresentaram situação de maior fragilidade, até porque, nós não teríamos
1164 condições de nesse primeiro momento trabalhar com todos, então fizemos um ranqueamento.
1165 Propor a Presidência Ampliada que seja concedido um espaço para a Comissão de
1166 Acompanhamento dos Conselhos no dia 01 ou 02 de setembro, quando a reunião conjunta da
1167 gestão do controle social do SUAS, para avaliar as principais dificuldades constatada na análise da
1168 ação apresentada em cada Conselho estadual, nestes que foram ranqueados com incidência de
1169 maior número de dificuldades e problemas, que nós já fizemos uma primeira avaliação agora antes
1170 do almoço, são 12. Os outros tem algumas dificuldades, mas dificuldades mais sanáveis, que não
1171 precisaria nesse primeiro momento, não é que a gente está abandonando, mas esses nesse
1172 primeiro momento estarmos acompanhando tão de perto. Item dois: Reavaliação das prioridades
1173 do Plano de Ação de 2015, as metas e prioridades do Plano de Ação da Comissão de
1174 Acompanhamento aos Conselhos foram revistas, ficando estabelecido trabalhar nesse semestre de
1175 2015, em três prioridades principais, quais sejam, orientar os CAS sobre acompanhamento dos
1176 CRAS e CREAS, entidades de Assistência Social, que prestam serviços vinculados aos programas e
1177 projetos para que insira o tema distância e liberativa como pauta de reuniões periódicas junto aos
1178 usuários. Tendo em vista divulgar formas de organização e mobilizá-los para a participação no
1179 controle social do SUAS, em parceria com as entidades que atuam no território. Orientar o CAS

1180 *sobre a metodologia para nacionalização de acompanhamento e avaliação da gestão de recursos*
1181 *bem como, dos ganhos sociais e de desempenho dos programas, projetos e serviços da Rede*
1182 *Socioassistencial, em seu ano de atuação. Orientar os CAS sobre a implementação da Resolução*
1183 *número 27/CNAS número 27/2011 que trata da caracterização das ações das entidades de*
1184 *assessoramento de defesa e garantia de direitos. Encaminhamento: Foi constituído uma Comissão*
1185 *com as Conselheiras Raimunda Cadó e Solange Teixeira que vai trabalhar nos textos de orientações*
1186 *aos CAS conforme prioridades elencadas no Plano de Ação 2015. Revisar alguns materiais*
1187 *informativos publicados pelo Conselho Nacional de Assistência Social para atualização e proposta*
1188 *de novos instrumentais. Faço uma ressalva aqui para esclarecer, que conforme aprovado neste*
1189 *Plenário, quando do Plano de Ação para 2015, nós tínhamos elencado 10 prioridades, dessas 10*
1190 *tendo em vista que foi um ano muito acirrado de trabalho, nós não conseguimos trabalhar, só*
1191 *conseguimos trabalhar efetivamente em duas, estamos priorizando três e as demais vão ser objeto*
1192 *de orientações específica dessas subcomissão. Item três: Informe em relação ao controle e*
1193 *recebimento das informações do CEAS sobre a realização das Conferências Municipais. Foram*
1194 *analisadas e priorizadas as informações enviadas pelos seguintes CEAS, Sergipe, Paraíba,*
1195 *Tocantins, Santa Catarina e Amapá, porque são Conferências que serão realizadas em setembro de*
1196 *2015, e as demais vão ser analisadas na próxima reunião de setembro. Encaminhamento: Verificar*
1197 *as pendências constatadas e reiterar as demandas aos CEAS, aquelas que não foram respondidas.*
1198 *Outros assuntos. Censo SUAS e de Conselhos, conforme o questionamento de alguns CEAS*
1199 *presentes no encontro nacional de monitoramento e vigilância Socioassistencial, há divergência*
1200 *sobre a composição dos Conselhos da Sociedade Civil, segmentos de entidades, no Censo SUAS,*
1201 *com os dados divulgados pelo site do IBGE. Encaminhamento: Verificar com o DGSUAS/SNAS, qual*
1202 *o período de elaboração e revisão dos instrumentais do Censo SUAS, para possível alteração*
1203 *quanto ao item de composição dos Conselhos no que se refere a paridade. Incluir questões*
1204 *específicas sobre as entidades Socioassistencial e que seja solicitado esclarecimento de como o*
1205 *Sistema CNEAS irá interagir com o do Censo SUAS, é claro no que se refere às entidades. Três: De*
1206 *definir pauta da reunião da Comissão de acompanhamento dos Conselhos para setembro de 2015.*
1207 *Avaliação da reunião com o CEAS que apresentaram dificuldades, e dois, apresentação sobre as*
1208 *orientações a serem encaminhadas para o CEAS. Solange Teixeira, coordenadora da Comissão de*
1209 *Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social.”. Após ponderações realizadas pelos*
1210 *Conselheiros, foi aprovado o Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos pelo*
1211 **Pleno. Item Relato da Comissão de Normas da Assistência Social.** O Conselheiro Thiago realiza a
1212 *leitura do Relato: “Memória de reunião de Comissão de normas de Assistência Social. Reunião*
1213 *Ordinária 08/2015, data 12 de agosto de 2015, horário 9h00 as 16h00, local, Esplanada dos*
1214 *Ministérios, Anexo Bloco F, Ala A, Sala 115, Conselheiros presentes: Alceu Kuhn, Coordenador*
1215 *Adjunto, Dulcineia Reginato Francisco, Léa Lúcio Braga, José de Freitas, Thiago Szolnoky de*
1216 *Barbosa Ferreira Cabral, Secretaria-Executiva do CNAS, Rosângela Alves da Silva Almeida, Ezidênio*
1217 *Pereira e Douglas Amaro. 1: O monitoramento do Plano de Ação da Comissão de Normas, o*
1218 *coordenador Adjunto Alceu Kuhn, na Comissão de normas de Assistência Social deu início aos*
1219 *trabalhos justificando a ausência da coordenadora Cláudia Faquinote, que devido a sua agenda*
1220 *institucional, não foi possível estar presente, em seguida, fez a leitura da pauta, começou pelo*

1221 *monitoramento do Plano de Ação da comissão de normas, avaliando cada ação, seus status e*
1222 *Conselheiros de referência para cada meta. Meta 1: fortalecer a participação dos usuários no*
1223 *controle social da política de Assistência Social, Conselheiros de referência, Alceu Kuhn, Dulcineia*
1224 *Reginato e Léa Braga. Ação 1.1 Desenvolver mecanismos de mobilização para participação dos*
1225 *usuários na política de Assistência Social, estratégia A foi concluída, também na meta 1 teve a*
1226 *conclusão da estratégia B, aspas, apresentar o estudo em minuta da alteração da Resolução CNAS,*
1227 *número 24, elaborada pelo grupo de trabalho, composto pelo Conselheiro Alceu Kuhn e*
1228 *Conselheira Dulcineia Reginato, apresentada na comissão de normas. E com representantes da*
1229 *comissão de política e acompanhamento aos Conselhos. O status da meta é, em andamento. Meta*
1230 *2: Criar mecanismos que visam garantir acessibilidade e acesso das pessoas com deficiência aos*
1231 *SUAS, nessa meta não teve alteração. Conselheiro de referência Alceu Kuhn e Léa Braga.*
1232 *Encaminhamento: O Conselheiro Alceu Kuhn e Léa Braga apresentaram na reunião do mês de*
1233 *outubro, estudo acerca do tema conforme previsto no Plano de Ação de Comissão fazendo o*
1234 *levantamento da legislação pertinente em vigor, com destaque a pessoa com deficiência, a Lei*
1235 *brasileira da inclusão, bem como, a tecnologia assistida. Essa meta será pautada na reunião de*
1236 *outubro de 2015. Meta 3: normatizar as ações irregular a prestação de serviços de natureza*
1237 *pública privada no campo de Assistência Social, Conselheira em referência, Cláudia Faquinote e*
1238 *Maria José de Freitas. Ação 3.1 Revisão da Resolução CNAS 212/2006 que dispõe sobre os critérios*
1239 *orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais, no âmbito da Política*
1240 *Pública de Assistência Social, em face de publicação da Lei 12435/2011 e Resolução CNAS 39/2010.*
1241 *Conselheiras de referência, Cláudia Faquinote e Maria José de Freitas. 3.2 Revisar as Resolução*
1242 *CNAS número 237/2006, que dispõe sobre as diretrizes para estruturação, reformulação e*
1243 *funcionamento dos Conselhos em relação ao acompanhamento do ciclo orçamentário. Conselheiro*
1244 *de referência, Thiago Cabral e Maria José de Freitas. Essa meta teve apenas alteração dos prazos,*
1245 *fevereiro de 2015 a maio de 2016. Encaminhamento: Encaminhar por e-mail, a Lei 12435/2011 as*
1246 *Resoluções CNAS 212/2006 e 39/2010 e número 237/2006 para os Conselheiros integrantes da*
1247 *Comissão. Ação 3.2 Revisar a Resolução CNAS 237/2006 que dispõe sobre as diretrizes para*
1248 *estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos, em relação ao acompanhamento do*
1249 *ciclo orçamentário. Essa ação teve alteração do prazo para fevereiro de 2016. Na ação 3.3 Efetivar*
1250 *o processo de acompanhamento e fiscalização da política nacional de Assistência Social,*
1251 *considerando as competências do CNAS, dispostas no Artigo 18 da LOAS, essa ação teve alteração*
1252 *do prazo para fevereiro de 2016. Conselheiros de referência, Thiago Cabral e Maria José de Freitas.*
1253 *Encaminhamento: Reencaminhar para os Conselheiros da Comissão a desgravação da reunião de*
1254 *Comissão de normas, do mês de setembro de 2012. Meta 4: acompanhar e fiscalizar o processo de*
1255 *certificação das entidades e organizações de Assistência Social do MDS, Conselheiros referência,*
1256 *Cláudia Faquinote, Maria José e Thiago Cabral. Na ação 4.1, ter as informações trimestrais sobre*
1257 *os processo de certificação das entidades de Assistência Social, conforme disposto no Artigo*
1258 *primeiro da Resolução CNAS 18/2011, bem como, do relatório anual com as informações sobre*
1259 *processo de certificação de entidades de Assistência Social, conforme disposto no Artigo 3º da*
1260 *Resolução CNAS 18/2011, pelo Departamento e Rede Socioassistencial privada do*
1261 *SUAS/DRS/PMDS. Na estratégia B, teve alteração do prazo para fevereiro de 2016.*

1262 *Encaminhamento: Apresentação das informações trimestrais no processo de certificação de*
1263 *entidades e Assistência Social, conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS 18/2011, pelo*
1264 *Departamento e Rede Socioassistencial privada do SUAS/DRSP na reunião de outubro de 2015. Na*
1265 *ação 4.2, revisar o anexo da Resolução CNAS 18/2011 na estratégia, revisão do anexo da*
1266 *Resolução, estratégia B: Revisão do anexo da Resolução CNAS 18/2011 de modo que as*
1267 *informações sobre certificação considerem todas as entidades com oferta socioassistenciais*
1268 *inscritas e cadastradas. Nessa ação teve alteração no prazo para setembro de 2015 e inclusão do*
1269 *item C, análise do resultado obtido com o processo cadastral e a verificação da estratégia a ser*
1270 *adotadas em relação aos resultados. Encaminhamentos: Convidar para a reunião em setembro o*
1271 *DRSP/SNAS, para apresentação da proposta de alteração da Resolução CNAS 18/2011, de modo*
1272 *que essas informações sobre certificação considere todas as entidades com ofertas*
1273 *socioassistenciais inscritas e cadastradas. Manhã, na parte da manhã. Encaminhar a Resolução*
1274 *CNAS 18/2011 para os Conselheiros da Comissão de normas. Convidar a DRSP/SNAS para*
1275 *apresentação da análise dos dados CNEAS para subsidiar a elaboração de estratégias referentes*
1276 *ao cumprimento dessa ação. Realizar a reunião conjunta da Comissão de normas e Comissão de*
1277 *política para dialogar sobre os dados do CNEAS e Vínculo SUAS, com a presença do DRSP/SNAS,*
1278 *tarde. Meta 5: Normatizar a representação da Sociedade Civil do Governo dos Conselhos de*
1279 *Assistência Social. Conselheiros de referência. Alceu Kuhn, Dulcineia Reginato e Léa Braga. Na ação*
1280 *5.1 normatizar a representação do Governo e da Sociedade Civil no CNAS, essa ação teve alteração*
1281 *do prazo de fevereiro a novembro de 2015, foi pauta dessa reunião. Dois, continuidade do estudo*
1282 *acerca do Decreto 5003/2004, que dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da*
1283 *Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. A Comissão de normas, discutiu*
1284 *a respeito do conteúdo do Decreto 5003/2004, que trata do processo eleitoral da Sociedade Civil,*
1285 *fez sugestões e apontamentos de elementos que deveram ser contemplados na revisão do Decreto*
1286 *para as instâncias competentes. Anexo 3 Definição de pauta de setembro de 2015, estudo da*
1287 *proposta de alteração da Resolução CNAS 18/2011, de modo que essas informações sobre*
1288 *certificações considere todas as entidades com ofertas socioassistenciais inscritas e cadastradas*
1289 *com a participação DRSP/SNAS manhã. Discussão do processo eleitoral da Sociedade Civil, reunião*
1290 *conjunta da comissão de normas com a Comissão de políticas e com a comissão de*
1291 *acompanhamento dos Conselhos para dialogar sobre os dados do CNEAS e Vínculo SUAS, com a*
1292 *presença do DRSP/SNAS tarde. Alceu Kuhn, Coordenador Adjunto da Comissão de Normas de*
1293 *Assistência Social.”. A Conselheira Cláudia sugere que retire o restante todo do escopo que se*
1294 *refere ao Decreto em si, fique como apontamentos, enfim, apontamentos a serem considerados*
1295 *em relação ao Artigo 2, se o Pleno estiver de acordo. Após apontamentos, foi aprovado o Relato*
1296 *da Comissão de Normas da Assistência Social.Item Relato da Comissão de Política da Assistência*
1297 **Social.** O Conselheiro Anderson realiza a leitura do referido Relato: “Agosto de 2015, memória da
1298 reunião, reunião 007/2015, data e horário 12/08/2015 das 09h00 às 16h00. Local, CNAS,
1299 Explanada dos Ministérios, Anexo ao Bloco F, Ala A, sala 108. Conselheiros e Conselheiras
1300 presentes, Anderson Lopes Miranda, Coordenador, Célia Maria de Souza Melo Lima, Edivaldo da
1301 Silva Ramos, Eufrásia Agizzio, José Crus, Jucileide Ferreira do Nascimento, Margareth Alves
1302 Dallaruvera. Convidados, Comissão de Política Pública do CONANDA. Francisco Brito, Coordenador

1303 *Adjunto, Alberto de Souza, Ana Beatriz C. P. Leite, Carolina Freire de C. Carvalho, Jimena Grignani,*
1304 *Maristela Cizeski. Participantes, Alexandre Santos, SECADI, MEC Lindoneide Lima Paredio; Luziana*
1305 *Maranhão, Confito FNTSUAS, Mariana Lelis M., Catarina Senas, Neide Ribeiro SASDF, Rosalda Inês*
1306 *de Prado SASDF. Secretaria-Executiva, Carolina Ribeiro, Maria Antônia P. Valente, Rosiele Bonfim.*
1307 *.1; Agenda conjunta com o CONANDA para definição da pauta estratégica visando a construção de*
1308 *uma agenda conjunta ao CNAS e CONANDA, os integrantes da Comissão de política do CNAS e do*
1309 *CONANDA iniciaram a discussão tendo como base o Plano de Ação das comissões supracitadas.*
1310 *Além das metas, prioridades, estabelecidas pelos planos de ação, os Conselheiros da Comissão de*
1311 *política de Assistência Social CNAS, destacaram metas/prioridades do Pacto de Aprimoramento do*
1312 *SUAS visando uma agenda conjunta e proativa para Comissão. A saber. Prioridades e metas do*
1313 *pacto de aprimoramento do SUAS, no âmbito municipal, conforme a Resolução CNAS número*
1314 *18/2013. Prioridades um e dois, apóia e fortalecer o PAEFI e PAIF nos Municípios, famílias com*
1315 *crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, de risco social e pessoal. 2º: Estimular e*
1316 *apoiar o cadastramento do benefício do beneficiário do BPC, criança e adolescente com*
1317 *deficiência. 3º: Acompanhar pelo PAIFI as famílias beneficiadas do BPC e Bolsa Família, crianças e*
1318 *adolescentes deficientes beneficiárias do BPC e famílias do PBF, em fase de suspensão por*
1319 *descumprimento da condicionalidade. 4º: Reordenar o serviços de convivência e fortalecimento de*
1320 *vínculos SCFV, inclusão de 50% do público prioritário, trabalho infantil, egresso de medida*
1321 *socioeducativas, crianças e adolescentes fora da faixa etária escolar. 5º: Cadastrar crianças e*
1322 *adolescentes em situação de trabalho infantil. 6º: Cadastrar e atender população em situação de*
1323 *rua, famílias com crianças e adolescentes. 7º: Acompanhar pelo PAEFI, as famílias com crianças e*
1324 *adolescentes em serviço de acolhimento. 8º: Participar das comissões de reordenamento de*
1325 *serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 9º: Estimular a fiscalização das unidades de*
1326 *acolhimento de crianças e adolescentes pelos Conselhos Tutelares. Estratégias, que o CONANDA*
1327 *potencialize e fomenta os Conselhos municipais dos direitos da criança e adolescente, CMDCA, a*
1328 *realizarem trabalho articulado e acompanhar as prioridades e metas, bem como, apoiar e*
1329 *estimular o cumprimento das mesmas pelos órgãos gestor Municipal da política de Assistência*
1330 *Social. Prioridades e metas do pacto de aprimoramento do SUAS, em âmbito estadual e do DF,*
1331 *conforme a Resolução CNAS número 32/2013. Prioridade 2 e 4: 1- Ampliação de cobertura do*
1332 *PAEFI em serviços de acolhimentos de criança e adolescentes, serviços regionalizados. 2- Estimular*
1333 *o apoio técnico aos Municípios pelos órgãos gestor estadual. 3- Fortalecer o assessoramento dos*
1334 *Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, CEDECA aos Conselhos Estaduais de*
1335 *Assistência Social, CEAS, para acompanhamento das ações referente ao Pacto de Aprimoramento*
1336 *do SUAS no âmbito municipal. 4- Transição do processo de municipalização dos serviços de*
1337 *proteção social básica executado diretamente; 5- Transição do processo de municipalização dos*
1338 *serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, executados diretamente pelo Estado, em*
1339 *Municípios de médio e grande porte, e metrópoles. 6 – Ter ciência e acompanhar os planos de*
1340 *municipalização desses serviços. 7 – Estimular a fiscalização das unidades de acolhimento de*
1341 *crianças e adolescentes pelos Conselhos Tutelares. Estratégia, que o CONANDA potencialize e*
1342 *fomenta os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, CEDECA e do DF, a*
1343 *realizarem trabalhos articulados e acompanhar as prioridades e metas, bem como, apoiar e*

1344 *estimular o cumprimento pelo órgão gestor, estadual da política de Assistência Social. Sendo*
1345 *assim, o CNAS e o CONANDA tem uma agenda política importante que deve ser integrada e*
1346 *proativa junto aos respectivos Conselhos estaduais e do Distrito Federal e Municípios que apontem*
1347 *o fortalecimento e a qualidade dos equipamentos, dos serviços, e acolhimento institucional, e das*
1348 *medidas socioeducativas às crianças e adolescentes. Todas as metas e prioridades destacadas,*
1349 *integram o Plano de Ação da Comissão de Política de Assistência Social/CNAS. Agenda apontada e*
1350 *fortalecida pelos integrantes da Comissão de política/CONANDA. Sistema de garantias de direitos,*
1351 *relação com o Conselho Tutelar, SGD, medidas de proteção Rede Socioassistencial, SINASE, PEC*
1352 *171, Redução da Maioridade Penal, PEC 18/2011 que reduz a idade mínima para o trabalho de 16*
1353 *para 14 anos. Plano de convivência familiar e comunitária, obesidade infantil, Disque 100, o Disque*
1354 *Direitos Humanos, ou Disque 100, é um serviço de proteção de criança e adolescente com foco em*
1355 *violência sexual, vinculado ao programa nacional de enfrentamento a violência sexual contra*
1356 *criança e adolescente da SPDCA/SDH. Articulação nos territórios para o fortalecimento das*
1357 *Conferências nacionais, das duas Políticas Públicas. Encaminhamentos, a Secretaria-Executiva do*
1358 *CNAS, encaminhará os pontos discutidos na reunião para a Comissão de Política Pública do*
1359 *CONANDA. O coordenador da Comissão de Política da Assistência Social, Conselheiro Anderson*
1360 *Lopes, levará para a presidência ampliada, a proposta da instituição de um grupo de trabalho com*
1361 *a finalidade de elaborar um plano de trabalho, devendo ser indicado pelo CNAS, dois Conselheiros*
1362 *da Comissão de Política de Assistência Social, pelo CONANDA, dois Conselheiros da Comissão de*
1363 *Políticas Públicas devendo ser matéria de Resolução conjunta CNAS/CONANDA. Já temos os*
1364 *nomes, viu Presidente? Agora pode falar? Representando o CNAS, aqui os dois nomes do CNAS,*
1365 *Conselheiro José Crus e a Conselheira Márcia, minha adjunta na Comissão de Política,*
1366 *Coordenadora Adjunta. Ok? Já foram consultados os pares, tanto do órgão de Governo, quanto da*
1367 *parte da Sociedade Civil, e aí nós temos a paritariedade de um Governo e um da Sociedade Civil,*
1368 *ok? Presidente? Informe do CONANDA. O CONANDA informou a criação de um grupo de trabalho,*
1369 *nome provisório, Crianças invisíveis, e encaminhará ao CNAS ofício solicitando a indicação de um*
1370 *representante. .2 – Provimento número 36 do Conselho Nacional de Justiça, CNJ que dispõe sobre a*
1371 *estrutura e procedimento das Varas da Infância e da Juventude. O diretor do DGSUAS/CNAS e*
1372 *MDS, José Crus iniciou a fala informando que a urgência em realizar um debate ampliado sobre a*
1373 *conquista do provimento, pensando em estratégias e rediscussão sobre o mesmo, uma vez que*
1374 *hoje, o provimento não atende a demandas que está postas, havendo necessidade de se fazer*
1375 *levantamento dos impactos dessa medida nos Municípios, quando a sua implantação. Destacou*
1376 *ainda o desafio de construir uma agenda política conjunta com os outros órgãos do SUAS, do*
1377 *Sistema de Justiça e as várias agendas em atividade que estão previstas para acontecer sobre o*
1378 *tema, da judicialização na relação SUAS e no Sistema de Justiça. Encaminhamentos, o CNAS,*
1379 *solicitará ao Conselho Nacional de Justiça uma análise/informações sobre o impacto do*
1380 *provimento número 35 em âmbito nacional. O Coordenador da Comissão de Política de Assistência*
1381 *Social, o Conselheiro Anderson Lopes, levará a discussão do provimento 36 para a presidência*
1382 *ampliada, com vistas em ampliar o debate para a construção de uma agenda política conjunta*
1383 *com os seguintes órgãos, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS,*
1384 *Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, Ministério de Justiça, MJ, Ordem dos Advogados*

1385 do Brasil, OAB, Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, Conselho Nacional de Justiça, CNJ,
1386 Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, Conselho Nacional do Direito da Criança e
1387 Adolescente, CONANDA, Fórum Nacional de Secretários e Secretárias do Estado de Assistência
1388 Social, FONSEAS, Colegiado de Gestores Municipais e Assistência Social CONGEMAS, pleitear juntos
1389 a CNAS vagas para participação dos Conselheiros da Comissão de Política de Assistência Social nas
1390 atividades que tratarão da relação SUAS e Sistema de Justiça. Outros assuntos. 3.1 – Solicitar a
1391 SNAS informes sobre a instalação da mesa nacional de Gestão do trabalho do SUAS, no âmbito da
1392 Comissão de política para setembro. 3.2 O Coordenador da Comissão Anderson Lopes, informou
1393 que a pedido da Comissão de Financiamento, a reunião conjunta prevista para o mês de setembro
1394 de 2015, sobre o pacto de aprimoramento gestão SUAS, foi transferido par outubro de 2015.
1395 Definição da pauta de setembro de 2015. A apresentação da proposta do Plano de Trabalho
1396 conjunto a CNAS/CONANDA, discussão da minuta sobre os usuários do SUAS, isso das 9h00 ao
1397 meio dia e das 14h às 16h, reunião conjunta da Comissão de Política de Assistência Social e
1398 comissão de normas para debater sobre os status do Cadastro Nacional de Assistência Social,
1399 CNEAS, e Vínculo SUAS. Convidados CNAS, Anderson Lopes Miranda, Coordenador da Comissão de
1400 Política de Assistência Social.”. A Conselheira Telma defende a relação das redes da Assistência
1401 Social com os Conselhos Tutelares, outra questão é o dique 100, considera ser um tema que deve
1402 ser aprofundado. Aprovado o Relato da Comissão de Política da Assistência Social.
1403 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos,
1404 declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de
1405 som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,
1406 aprovada em reunião de quatorze de agosto de dois mil e quinze.